



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:
Revista Notícia Bibliográfica e História
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXV - Nº 152 ISSN-0101-4919 OUTUBRO/DEZEMBRO/1993

SUMÁRIO

Problemas inter-estaduais	279
Odilon Nogueira de Matos	
Apreciação sobre uma pequena História de São Paulo	283
Afonso de E. Taunay	
Uma viagem instrutiva	286
Levy Rocha	
Brasília, uma expedição injustiçada	289
Cybelle de Ipanema	
Armando Belardi, uma vida inteiramente dedicada à música ..	293
Carlos Gonzáles	
Para o reestudo da história campineira	295
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Breve notícia sobre a Filosofia da Renascença	297
João Ribeiro Júnior	

Um engenheiro sueco em Campinas na segunda metade do século XIX	303
Duílio Battistoni Filho	
Porque São Paulo, em 1932, não avançou para o Rio.....	306
Hélio Damante	
Uma intrépida viajante	309
Célia S. Farjallat	
Viagem pelo vale sentimental do Jundiá	311
Geraldo Barbosa Tomanik	
Almeida Júnior nas impressões de Raffard	314
Roberto Machado Carvalho	
Eugênio Warming, um pioneiro da Ecologia	317
Nogueira Moutinho	
"Lampião", a indomável fera do sertão	319
José Romero Araújo Cardoso	
Registro Bibliográfico	322
Periódicos	327
Memória Campineira	329
O "Culto à Ciência" descrito por Campos Sales	
Textos (sugestões para seminários)	
Considerações gerais sobre o preço do açúcar (Milet)....	334
A vida numa estância argentina (Mac Cann).....	336
Vultos da Historiografia Brasileira	
José Antônio Soares de Souza	338
Seleta	
Uruguai, de volta ao Brasil	341
José A. Soares de Souza	
Rabiscos de um escrevinhador	
"O berço poderá balançar"	345
Monteverdi, um dos "pais" da ópera	346
David Hume, filósofo e historiador	348
Ronald de Carvalho	349
Valiosa e oportuna reedição	351
Suecos no Brasil	352
Odilon Nogueira de Matos	
Índices dos nos 149 a 152.....	355

PROBLEMAS INTER-ESTADUAIS

Odilon Nogueira de MATOS

Em nossa “nota de abertura” do número anterior desta publicação, tecendo considerações a propósito do Amazonas e, particularmente, de Roraima, lembramos que foram poucos, em nosso País, os casos de desmembramento de Estados para a formação de novas unidades federadas. Citamos esses poucos casos, bem como alguns outros projetos de redivisão territorial do Brasil que periodicamente eram apresentados, sem que deles resultasse qualquer providência concreta, o que não impede, contudo, que sejam apreciados não como simples curiosidade, mas por apresentarem alguns deles certo interesse de natureza política, social e econômica.

Voltamos ao assunto, complementando a nota anterior, para lembrar alguns casos significativos de conflitos inter-estaduais, que marcaram, em momentos até de maneira violenta o processo de formação territorial do Brasil.

O problema vem de longe. As primeiras capitanias, no período colonial, tiveram seus limites traçados da maneira que foi possível face à precariedade do conhecimento geográfico das regiões onde eles deveriam ser demarcados. A essas capitanias sucederam as províncias após a Independência, às quais sucederam por sua vez os estados, com a República. Sem nenhuma alteração neste último caso. A primeira Constituição republicana, de 1891, foi bem clara ao afirmar, logo em seu artigo primeiro, que a nação brasileira deveria constituir-se “por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias em Estados Unidos do Brasil”. E assim chamou-se o país até há bem pouco tempo, pois só com a Constituição de 1969 passou a denominar-se “República Federativa do Brasil”.

Mais ainda: a Constituição de 1891, em seu artigo quarto, especificava: “Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se, ou desmembrar-se para anexar-se a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas”. Quase com os

mesmos termos, este dispositivo figurou em todas as outras constituições, com a exceção de 1969, que silenciou sobre o assunto. Aliás, a própria Constituição monárquica, de 1824, já tocava no problema ao afirmar que o Império deveria constituir-se das províncias então existentes, na forma em que se achavam, “podendo ser subdivididas, como pedir o bem do Estado”.

Apesar das facilidades concedidas pelas diversas constituições, foram poucos, conforme demonstramos, os casos de desmembramento de Estados. Aos dois do século passado, já citados (Amazonas e Paraná), cumpre lembrar, neste século, a divisão de Mato Grosso e, mais recente, a divisão de Goiás com a criação do Estado de Tocantins. É curioso lembrar que esta divisão de Goiás já havia sido sugerida pelo Visconde de Taunay, em relatório apresentado em 1875, quando representava a referida província na Câmara Imperial. O argumento invocado por Taunay, hoje certamente não prevaleceria: a facilidade de navegação do Araguaia e do Tocantins, para ligar a parte setentrional de Goiás à foz do Amazonas, no Pará.

Citamos apenas estes quatro casos, porque os demais, que resultaram na criação de Rondônia, Roraima e Amapá não resultaram de reivindicação das respectivas populações. O ato que criou os primitivos territórios foi imposto no tempo do “Estado Novo”, alegando-se razões de ordem estratégica em virtude da Segunda Guerra Mundial. Dois deles tiveram existência efêmera (Iguaçu e Ponta Porã), pois foram extintos pela Constituição de 1946. Se bem que - ficamos sabendo há pouco pela leitura das memórias do General Luís Carlos Pereira Tourinho, preclaro presidente do Instituto Histórico Paranaense - a idéia da criação do território de Iguaçu surgiu por ocasião da revolução de 1930, mas sem que iniciativa alguma fosse tomada. E quanto ao Acre, é bom lembrar que ele não resultou de desmembramento algum, mas sim da anexação ao Brasil de antigo território boliviano.

Assunto paralelo, mas não menos importante é o que se refere aos conflitos surgidos entre os estados a propósito de seus limites, o que ocorreu com tal freqüência que se pode afirmar não ter sido tão pacífica a história territorial do Brasil. Tudo decorreu da imprecisão com que as divisas foram demarcadas, derivada do pouco conhecimento geográfico das regiões onde os limites deveriam passar. E note-se que essas imprecisões chegaram até os nossos dias.

Sobe a mais de uma dúzia os casos de que temos conhecimento. Alguns, pacíficos; outros, graves. Alguns, razoáveis; outros, pelo menos aparentemente absurdos. Mas, em todos eles, como é natural, cada qual defendendo a sua parte da melhor maneira possível. E ocorreram nas regiões

mais diversas do Brasil. Na impossibilidade de enumerar a todos, registraremos os mais complicados e, conseqüentemente, mais demorados: São Paulo/Minas, Paraná/Santa Catarina, Minas/Goiás, Minas/Espírito Santo, Minas/Bahia, Bahia/Sergipe.

O problema São Paulo/Minas foi o mais demorado, só vindo a resolver-se em 1937. Na estação de Cascata, da antiga “Mogiana”, nas imediações de Poços de Caldas, pode-se ver o “marco” comemorativo do acordo assinado naquele ano pelos governadores Armando de Sales Oliveira e Benedito Valadares. As divisas entre os dois estados oscilaram muito, desde século XVIII, ora demarcadas pelo rio Grande, ora pelo rio Sapucaí. Os diversos laudos da época parece que agravaram mais ainda a situação. Foi o que demonstrou, ainda há pouco, e de maneira bem sintética, o professor Ersio Lensi, em monografia publicada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

E lembre-se que um notável homem público do século passado, Joaquim Floriano de Godoy, que foi presidente de Minas, chegou a propor, conforme já lembramos, a criação da província do Rio Sapucaí, com territórios desmembrados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, e da qual Taubaté seria a capital. Em defesa de sua idéia, combatida, aliás, pela imprensa paulista, publicou importante livro em 1883. Seria uma maneira, entendia ele, de resolver o problema das divisas São Paulo/Minas Gerais. Mas, não tendo merecido consideração o seu projeto, voltou novamente a questão a preocupar paulistas e mineiros.

Quanto a Paraná/Santa Catarina, há uma imensa bibliografia a respeito, pois, de fato, foi uma das questões mais sérias, envolvendo principalmente o problema do “Contestado” (nome significativo...) e que se tornou uma espécie de “Canudos” do sul do Brasil. Naturalmente menos conhecido, pois não teve nenhum Euclides da Cunha a descrevê-lo. É verdade que ultimamente diversos historiadores paranaenses e catarinenses têm cuidado do “Contestado” e, uma vez superado o problema dos limites, têm eles voltado suas atenções para os aspectos messiânicos da questão (daí a semelhança com Canudos). É preciso considerar que a “guerre sainte” do “Contestado” já foi objeto de importante trabalho sociológico apresentado à Universidade de Paris pela professora Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Minas apresenta a anomalia cartográfica do “Triângulo”, verdadeira ponta-de-lança em território que deveria pertencer a Goiás ou a São Paulo. A tradição atribui à Dona Beja, a famosa “feiticeira do Araxá”, como a denominou um autor que recentemente dela se ocupou, o ter conseguido de um célebre ouvidor que por ela se enfeitiçara, e usando

sabiamente dos seus encantos, a incorporação a Minas de sua “comarca do Araxá”. “Se non à vero...” Pode não ser verdadeira, mas a “estória” se tornou simpática justamente pelos seus aspectos românticos.

Com o Espírito Santo, a questão durou até época mais recente, perturbando os dois estados por muito tempo. O autor desta nota, em pesquisas geográficas pelo Vale do Rio Doce, sentiu de perto o problema, passando, inclusive, por “espião” mineiro ou capixaba, conforme o lado em que estivesse.

Bem ou mal, todas as questões aqui citadas foram solucionadas, delas nada mais restando senão a lembrança. Mas, tiveram seu lugar na crônica da formação territorial do Brasil.

APRECIACÃO SOBRE UMA PEQUENA HISTÓRIA DE SÃO PAULO

Afonso de E. TAUNAY

Nota. Homem de pesquisa, Afonso de Taunay conhecia como ninguém o valor de uma boa bibliografia. Eis porque uma de suas primeiras tarefas ao assumir a direção do Museu Paulista foi determinar a elaboração de uma bibliografia comentada referente às ciências naturais de interesse para o Brasil, com base nas publicações (livros e revistas) constantes da biblioteca do Museu. Dois extensos registros foram publicados, o primeiro referente a obras brasileiras e o segundo relativo à bibliografia estrangeira. Taunay, porém, não se limitou a organizar e coordenar a obra. Em aproximadamente 350 verbetes, 142 são de sua autoria. Foi pena que Taunay, absorvido pela sua imensa obra de pesquisa, não se dispusesse a fazer o mesmo trabalho com a produção bibliográfica de interesse para a História. Um único livro sobre História, registrado nesse imenso catálogo, a pequena **História de São Paulo**, de Rocha Pombo nos deu idéia do trabalho que poderia ter realizado e de quão útil teria sido ele para os estudiosos da história do Brasil. É essa apreciação sobre o "resumo didático" de Rocha Pombo que oferecemos aos nossos leitores. ONM.

*

Às nossas letras didáticas têm os srs. Weiszflog Irmãos prestado relevantes serviços. O seu curso de cartografia, por exemplo, é tão conhecido e divulgado quanto apreciado em todo o Brasil. Os seus livros de leitura, cartilhas, as suas seletas vão tendo extração sempre crescente, organizados como foram por didatas reputados entre os melhores do nosso Estado.

Ultimamente, tiveram os dignos editores a excelente idéia de alargar o seu círculo de edições e assim enveredaram pelo terreno da História do Brasil, estreando, com rara felicidade, pela reimpressão da **História do**

Brasil, de frei Vicente do Salvador, a saborosa crônica seiscentista, para a qual escreveu Capistrano de Abreu uns “prolegômenos” formidáveis, diante dos quais os homens do ofício, instintivamente, repetem o gesto ciranESCO em relação ao Dom Quixote. Descobrem-se e inclinam-se. Ainda há dias, escrevia-nos Alberto Rangel: “Li os comentários de Capistrano. Como sabe e ressabe! É de ficar a gente estarecida! Agora compreendo porque não faz uma História do Brasil. Deixa isto para o vulgo”.

Anunciam para breve os esforçados editores outros livros excelentes, como uma **História da Civilização**, prestigiada pelo nome ilustre de Oliveira Lima.

Já haviam imprimido ótimo trabalho de Rocha Pombo sobre a nossa história nacional e, agora, do mesmo autor, nos dão uma **História de São Paulo** (resumo didático).

O sr. Rocha Pombo pertence à categoria dos escritores e especialistas cujos trabalhos é impertinência a crítica elogiar, segundo a estafada figura, estafada mas cômoda.

A autoridade da sua **História do Brasil** torna-lhe a voz acatada para qualquer estudo que se faça do nosso passado, sob este ou aquele ponto de vista.

Procurou na sua **História de São Paulo** expor à nossa mocidade escolar uma síntese rápida e clara das tradições de São Paulo, pondo no maior destaque o papel dos paulistas na construção do Brasil. Concebeu um plano original e executou-o com felicidade. À história política ajuntou uma série de capítulos utilíssimos, indispensáveis e, no entanto, abandonados pelos escritores de vistas acanhadas. Assim, expõe “o que era uma bandeira”, falamos dos costumes coloniais paulistas e das festas populares, entre outros tópicos curiosos e interessantes, e acaba o livro explicando o que é hoje São Paulo e o que será o seu futuro.

A esse excelente texto se anexa a mais saborosa, imprevista, vultosa e inédita iconografia. Uma verdadeira revelação há de constituir para o público, que, certamente, se espantará de ver o que avistar no belo livro.

E manda a justiça se diga que, se o texto é de Rocha Pombo, a iconografia foi escolhida como o maior critério, a máxima compreensão do assunto e verdadeiro bom gosto pelos srs. Walther Weiszflog e dr. Thiago Pessanha, seu digno auxiliar, após detido exame e comparação dos elementos obtidos. É com verdadeiro prazer, seja-nos relevada a imodéstia, que constatamos os novos e valiosos frutos das coleções que tivemos o ensejo de reunir no Museu Paulista. Já em 1918 nos honrara o eminente dr. José Leon

Suarez com o pedido instante da reprodução de velhas cartas coloniais de São Paulo que conhecera durante a sua visita ao Ipiranga, quando por aí passara como chefe da embaixada intelectual argentina.

Aproveitam agora os srs. Weiszflog para a obra de Rocha Pombo os mesmos elementos e outros mais numerosos ainda. Assim, fazem reproduzir dentre as coleções do Museu: as duas cartas do século XVIII, do Museu Britânico, a de João Teixeira, em 1640, duas setecentistas do litoral, de autor anônimo, existentes em original no Arquivo Militar Nacional, a de Charlevoix, em 1756, de frei José de Santa Teresa, em 1608, a da questão de limites de São Paulo e Minas, de 1766, etc., etc.

Aos antigos elementos já colecionados, os nossos quadros históricos, quase sempre de Calixto, adicionaram os editores numerosíssimas reproduções inéditas ou menos conhecidas, retratos, estátuas, monumentos vários, vistas de velhos aspectos e edifícios tradicionais do Estado, destacando-se neste conjunto cinco preciosas reproduções de Hércules Florence e Adriano Taunay, também do Museu Paulista, insubstituíveis para o estudo dos costumes paulistas, na época da Independência, uma vista de São Paulo, ao longe, de 1854, devida a J. V. Adans, inédita e também do Ipiranga. Completam a série de documentos iconográficos algumas peças da mais alta valia: os fac-símiles de uma sesmaria de 1552, assinada por Martim Afonso de Souza (coleção J. J. Raposo), de uma carta de Brás Cubas ao rei, em 1562; dois números do "Farol Paulistano", de abril de 1830 e do "15 de novembro", edição comemorativa da proclamação da República, representam, com a maior propriedade, a parte que cabe à imprensa, no passado paulista.

Setenta e seis são, ao todo, os documentos iconográficos que ilustram a obra do sr. Rocha Pombo. Deles são inéditos para o público quase todos. Há de o público recompensar, certamente, tão louvável e patriótico esforço e, dentro em breve, estará a **História de São Paulo** em todas as mãos. Nada mais merecido e mais justo: quem adquire um volume da edição dos srs. Weiszflog Irmãos faz jus a ter em casa um evocador do nosso glorioso passado, digno de verdadeiro apreço pelos conceitos do texto e a fatura do conjunto iconográfico.

(Revista do Museu Paulista, tomo XI, 622-624. São Paulo, Imprensa Oficial, 1919).

UMA VIAGEM INSTRUTIVA

Levy ROCHA

O conselheiro Miguel Maria Lisboa, barão de Japurá, natural do Rio Janeiro (1809-1881), foi contemporâneo e co-provinciano do primeiro romântico mais influente do Brasil, Domingos José Gonçalves de Magalhães, visconde do Araguaia (1811-1882).

Mestre em artes pela Universidade de Edimburgo, o conselheiro Lisboa enveredou, ainda moço, pela carreira diplomática, servindo como ministro plenipotenciário em várias legações estrangeiras. Dedicava-se às letras nas horas vagas. Segundo a *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, deixou pequena bagagem: *Romances históricos*, firmados por “Um Brasileiro” (em verso, 1843); *Granada e Equador* (1866); *Memória sobre os limites entre o Império e a Guiana Francesa* (1849) e uma *Memória sobre a ortografia portuguesa*, que lhe abriu as portas da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Possivelmente, essa *Memória* teria constituído o texto da palestra proferida na noite de 7 de junho de 1871, quando D. Pedro II visitou aquela casa de cultura e assistiu a uma sessão ordinária na qual, dentre vários oradores acadêmicos falou, finalmente, o ministro Miguel Maria Lisboa.

Servindo em 1865 como ministro na Bélgica, valeu-se da oportunidade para imprimir, no ano seguinte, em Bruxelas, seu livro de 1853, *Relação de uma viagem a Venezuela, Nova Granada e Equador*. Nessa bela e volumosa obra predomina “o sentimento de um brasileiro, americano da raça latina, católico e monarquista”, ressalta-se a qualidade do texto e o agradável estilo do autor, preocupado com a falta de regras fixas da ortografia, a reclamar: “... e nem as haverá enquanto muitos homens habilitados não trabalharem sistematicamente por muitos anos com suficiente autoridade para fixá-las”.

Há fatura de ilustrações, incluindo mapas topográficos, roteiros da viagem, até mesmo uma partitura musical: *Canción El 20 de Julio*, de

Guarim. Ressaltam as qualidades dos desenhos e trabalhos litográficos, bem como das vistas panorâmicas: Caracas, rio Madalena, Bogotá, Salto de Tequendama, o Chimborazo, o socavão de Guaranda, um proprietário agricultor, a praça principal de Quito, trajes e figuras nas procissões, pirâmide de Oyambaro, e outras.

Na Cova de Guácharo, província de Cumaná, uma das mais famosas cavernas conhecidas, visadas anteriormente por Humboldt, no salão principal, com 80 pés de altura, em plena escuridão, voltejavam milhares de pássaros noturnos, os **guácharos**, soltando fortes pios parecendo guinchos de micos. Os índios extraíam dos filhotes dessas aves graxa abundante que lhes servia de alimento além de outras utilidades.

As observações sobre a cultura do café na Venezuela despertam interesse ao estudo comparativo com o trabalho da mesma lavoura de antigamente em nossa província. O café de terra quente plantado nas mesmas terras em que se cultivava a cana-de-açúcar, era sombreado por um bosque artificial arborizado pela **búcare**, que no fim de fevereiro perdia a sua folhagem para vestir-se toda, de uma floração vermelha. O autor acreditava corresponder essa árvore à nossa planta chamada **papagaio**.

Surge-nos à lembrança o café **capitania** cultivado à sombra dos ingazeiros nos arredores de Vitória já ao despontar do século XIX. O produto alcançou grande reputação sendo exportado para o Rio de Janeiro. É bem possível que bem merecesse um bom atestado do conselheiro Lisboa louvando seu aroma e sabor ao degustá-lo.

Imaginemos agora uma revoada com alarido dos psitacídeos atraídos naqueles cafezais pela polpa carnosa e doce da vagem do ingazeiro: tuins, maitacas, papagaios, araras, aves que foram magistralmente aquareladas pelo desenhista Descourtilz em estampas para correr mundo.

Dois desenhos (“corte de uma riba, ou rolo de secar café” e “despolpador”) mostram que as máquinas e os processos de beneficiar o café nas nossas fazendas dos tempos da escravidão não diferenciavam muito dos processos adotados na Venezuela.

Recordo-me de ter visto numa exposição no jardim público de Muqui um exemplar dessa geringonça, riba ou ripe, grande roda de madeira presa sobre uma coluna, para girar por tração animal num círculo de 24 palmos de diâmetro. A procedência era da fazenda do Centro, em Castelo. Essa fazenda contava, em 1870, com 243 mil pés de café e mais de 20 mil instalações e equipamentos.

Em 1841, guiando-nos pelo relatório do presidente da província, Machado de Oliveira, “o uso do despolpador mecânico, pilador, ventilador, peneiras separadoras de qualidade, e de estufa”, eram ainda desconhecidos no país.

Mas, voltemos ao livro. Sobre usos e costumes das jovens de Bogotá, o autor presenciou-as polcar e valsar com a mesma animação e prazer das nossas belas do Rio de Janeiro. Impressionou-o a abundância de pinturas que via nas igrejas ou nas casas particulares daquela cidade, quadros, na maioria, de Vasquez ou dos índios de Quito. Viu reproduções de Murillo, Rafael, as de alguns quadros de Rivero na Catedral e em São Carlos dos Jesuítas, produtos da arte “quase todos atribuídos ao mesmo Vasquez, natural de Bogotá; que se tornou conhecido desde princípio do século XVII”. “Eu vi no Museu do Dr. Cuervo - enfatiza o conselheiro uma pintura sua que tinha a data de 1621!”

Toda casa decentemente mobiliada tinha o seu piano, cujo transporte de Honda a Bogotá custava quase o preço do instrumento... O tipo de música nacional era o mesmo preferido no resto da América Latina: **bambuco**, de baile e canto, lembrava a **tirana** no Brasil. Nossos **lundus** provocavam a mesma vibração nas granadinas tal qual nas brasileiras.

No enfoque sócio-cultural das três repúblicas visitadas o conselheiro Lisboa extratou algumas composições poéticas de maior importância, lembrando Martin e Zorilla, na Venezuela; Perez, em Nova Granada, onde enumerou outros cultivadores das musas. Do Equador lembrou Olmedo, autor do poema de exaltação patriótica, **Canto a Junín**.

No término da viagem, o futuro barão de Japurá saiu de Quito a 15 de novembro de 1853, regressando à Europa. Em Huacho teve a fausta notícia de que o vapor **Marajó**, inteiramente construído nos nossos estaleiros com recursos próprios do país, subira o rio Amazonas até o porto de Nauta, defronte da confluência do Ucaiale. Exultou: “Já não era, pois, a navegação do grande rio por vapor um sonho: era uma realidade. A bandeira brasileira tremulava no coração da América do Sul.

BRASÍLIA, UMA EXPEDIÇÃO INJUSTIÇADA*

Cybelle de IPANEMA

Injustiçada, porque esquecida; esquecida porque - intencionalmente? - omitida em todos os escritos públicos e particulares referentes à nova capital, sobretudo às suas origens.

Os que estudavam geografia, até há poucas gerações atrás, acostumaram-se a ver, no Estado de Goiás, um retângulo indicativo: "Futuro Distrito Federal". Era o "Quadrilátero de Cruls", da Expedição de 1892, ao Planalto Central, chefiada pelo cientista belga Louis Cruls, a qual assentara aquela região como o centro geográfico do País, indicada para a localização de uma nova sede do governo. Cumprira-se, com os estudos ordenados por Floriano Peixoto, a Constituição de 1891 que determinava, em seu artigo 3º, a posse pela União, de uma área de 14.400 km² no Planalto Central da República onde se ergueria o novo centro administrativo da nação.

Em 7 de setembro de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa, em comemoração ao centenário da Independência, colocou a pedra fundamental da futura capital, numa área a pouco mais de 10 km de Planaltina.

A Constituição de 91 foi emendada em 1926; em 1934, o país teve nova Constituição; em 1937 foi imposta a Constituição do Estado Novo. O preceito constitucional continuava, de mudança da Capital, mas esta se

(*) A "nota de abertura" do nº 146 de nossa publicação - "Reconhecimento geográfico para a interiorização da Capital Federal" - provocou da Professores Cybelle de Ipanema, geógrafa e historiadora do Rio de Janeiro, gentilíssima carta retificando e complementando alguns pontos da publicação e enviando-nos cópia de extenso artigo de sua autoria, publicado originalmente no "Correio Braziliense", de Brasília, de 28 de abril de 1968 e transcrito em o vol. 336, de 1982. da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esse artigo, que julgamos oportuno transcrever com algumas omissões que não alteram o sentido, complementarará o que foi publicado na NBH e contribuirá - como o fez a autora - para sanar uma injustiça, qual seja o esquecimento em torno dos trabalhos de reconhecimento do Planalto Central, em 1947, para a localização definitiva da nova capital do País.

traduzia apenas em um retângulo nos mapas de Goiás e em um marco fundamental numa região belíssima sobre uma das colinas que dominam a planície relacionadas com os rios Peripipau e Quati, afluentes do São Bartolomeu.

A Constituição de 46 consagrava o mesmo e um homem entendeu de cumpri-lo: o Presidente Dutra, que encarou com seriedade o problema da mudança e deu os primeiros passos para concretizá-la. Criou, em 1947, a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, cuja presidência entregou a outro ilustre e culto militar, o general Djalma Polli Coelho, partido já do nosso convívio.

A Comissão ficou vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A Subcomissão de Investigações Científicas, presidida pelo Eng^o Cristóvão Leite de Castro, então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, organizou duas expedições ao Planalto Central, com o fim de estudar *in loco* as possibilidades de implantação de uma grande cidade. A 2^a expedição teve a direção do Eng^o e Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães e orientação científica do Prof. Leo Waibel. Integravam-na os geógrafos Lúcio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra, José Veríssimo da Costa Pereira e Spiridião Faissol.

Da 1^a Expedição, de que tivemos a honra de participar, é que falaremos. Composta de mais de 30 técnicos, voltados para o estudo da geomorfologia, da hidrografia, da biogeografia, da ocupação humana, dos gêneros de vida, da meteorologia, durante 65 dias, ininterruptamente, percorreu 18.000 km, num exaustivo trabalho de levantamento topográfico e observações científicas, do Triângulo Mineiro à Chapada dos Veadeiros, em Goiás, tarefa realizada em caminhão e complementada por percursos de trem, avião, a cavalo e a pé. E ninguém sabe, e ninguém cita, o esforço daqueles pioneiros de 1947, quando a cidade era um sonho utópico e a vasta região estudada, em sua maior parte, o ínvio cerrado do distante Planalto Central.

A Expedição foi organizada no Rio de Janeiro e planejada em todos os detalhes por um eminente geógrafo francês que ministrava, na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, a disciplina Geografia do Brasil e era o coordenador das tertúlias científicas do Conselho Nacional de Geografia.

Chegado ao Brasil em 1942, o Prof. Francis Ruellan trazia um vasto renome de pesquisador, de geógrafo de campo, da escola de Emmanuel de Martonne, com quem trabalhava. Aliava a seu lastro científico, uma

extraordinária capacidade de ação e tino administrativo. Nós, seus alunos, forçados em excursão a acompanhar aquele violento ritmo de trabalho, conhecíamos sua justificativa: “C’est mon système” - e ninguém podia ficar para trás, devendo realizar as tarefas, “custe que custe”, no seu português ainda não bem dominado. O Prof. Francis Ruelan deu nova dimensão aos estudos geográficos em nosso país. Implantando na Faculdade Nacional de Filosofia a mentalidade do trabalho de campo, através de excursões freqüentes, foi também o impulsionador do Conselho Nacional de Geografia, cujos quadros se constituíram, na maior parte, de ex-alunos da Faculdade, formados no espírito de uma Geografia atuante.

A este homem de indiscutíveis méritos confiaram o General Polli Coelho e o dr. Leite de Castro a chefia da 1ª Expedição Geográfica ao Planalto Central. Os participantes foram recrutados no Conselho Nacional de Geografia, Faculdade Nacional de Filosofia, Escola de Agronomia, Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), Museu Nacional, Fundação Getúlio Vargas, Prefeitura do Distrito Federal, DASP, Conselho Nacional de Estatística e outras instituições.

A Expedição, desenvolvida de 27 de junho a 1º de setembro de 1947, representou um extraordinário esforço de estudo regional do Planalto Central do Brasil e contribuição importantíssima no equacionamento do problema da nova capital, tão reclamado, mas desta vez realmente tirado da inércia em que jazia por 50 anos, desde Cruls.

(...) O depoimento que a seguir desenrolamos é feito mais ao correr da memória e emoções vividas e tem, apenas, a intenção de trazer aos interessados na história de Brasília o conhecimento de uma valiosa contribuição científica, não sabemos porque razão, ocultada e minimizada.

Aos que vêm acompanhando a cidade desde o início de sua construção, aos que não cessam de chegar e contribuir para a implantação da Capital, espantando-se do arrojo do homem brasileiro, que transformou o deserto cerrado de pastagens, umas poucas fazendas de gado e alguns centros agrícolas, em um fervilhante centro urbano, não causará menor espanto retroceder mais dez anos antes do início das obras e imaginar o que foram esses caminhos - estradas carroçáveis só transitáveis no inverso, a estação seca -, a desolação dos imensos vazios inabitados, o longínquo interior do Brasil para quem saía do Rio de Janeiro.

Os quatro grupos de trabalho executaram seus estudos e levantamentos nas oito zonas escolhidas pela Comissão, a partir do Triângulo

Mineiro e o Sudeste de Goiás. O ponto mais ao norte atingido foi a Chapada dos Veadeiros. Os outros grupos:

I - Chefe, Alfredo José Porto Domingues, Secretária, Diva Miranda e mais: Alain Ruellan, Henrique Pimenta Veloso, Ney Strauch e José Barra Sobrinho. Trabalhou em Anápolis, Planaltina, Marco Fundamental e Chapada dos Veadeiros, fazendo um pequeno estudo no Triângulo Mineiro.

II - Chefe, Antônio Teixeira Guerra; Secretária, Dora Romariz, além de Ignez Amélia da Silva Leal, Waldir da Cunha, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Carlos de Castro Botelho. Fez as zonas de Silvânia, Goiânia, Corumbá, Pirenópolis, Jaraguá, Colônia Agrícola e também no Triângulo.

III - Chefe, Nilo Bernardes; Secretária, Lysia Maria Cavalcanti, com Raífa Tauile, Léa Benjakir, Claude Paul Coubert, Cesar Antônio Elias e Daniel Villey. Sua zona foi Ipameri, Caldas Novas, Luziânia, Toribaté, Tupaciguara, Uberlândia e Nova Ponte.

Tudo esse trabalho foi coordenado pelo Grupo de Direção, integrado pelo Prof. Francis Ruellan, sua senhora Annete Ruellan, encarregada dos serviços auxiliares e do abastecimento, uma secretária científica, Cybelle Bouyer (hoje, Ipanema), uma secretária administrativa, Glória Tauile, e Frank Roncesvalles, desenhista. Os quatro grupos trabalhavam durante o dia, acampando no fim da tarde.

(...) A saída do Rio deu-se a 27 de junho, em duas turmas, por trem até Belo Horizonte. Aí, entrou-se em contato com o Dr. Lucas Lopes, o geólogo Djalma Guimarães e o Dr. Benedito Quintino dos Santos, do Conselho Regional de Geografia, em Minas Gerais.

De Belo Horizonte, seguiu-se de trem até Monte Carmelo, indo-se a Coromandel instalar o IV Grupo. De Monte Carmelo, no Triângulo, ainda de trem, seguimos até Goiás. Penosíssima a mudança, da Rede Mineira de Viação, em Catalão, para a estrada de Ferro de Goiás. De trem viajamos até Ipameri, onde foi instalado o III Grupo. Só o I e o Grupo de Direção seguiram até Anápolis, então ponto terminal da Estrada de Ferro de Goiás. Em Anápolis, recebemos o caminhão de material. Aí instalou-se o I Grupo, seguindo o de Direção até Goiânia, que não era, nem de longe, a grande cidade de hoje.

(...) Este alinhavado de recordações não tem outro interesse que fazer - pelo menos, não ignorado - o trabalho de um punhado de pioneiros que, antes dos candangos, também acreditaram na nova capital.

ARMANDO BELARDI, UMA VIDA INTEIRAMENTE DEDICADA À MÚSICA

Carlos GONZÁLES

Uma vida inteiramente dedicada à arte, à música, à intenção de fazer o bem sem qualquer desfalecimento, não só para sua comunidade, mas para o cidadão em particular.

Eis aí, em síntese, toda uma vida de cidadão prestante, acima das invejas, das mesquinhas de que, infelizmente é prodiga a vida artística, com especialidade a teatral. Raros são os exemplo de um Liszt a sacrificar tudo pelo amigo Wagner e por toda uma jovem geração a qual ele entusiasmava, animava, apoiava; ou ainda de um Haydn, vinte e quatro anos mais velho que Mozart e ao qual não se cansava de proclamar como um gênio e que dizia ao receber seu diploma “Honoris Causa” em Oxford, “que não era o maior compositor do mundo, porque na minha terra, em Salzburgo, existe um compositor muito melhor do que eu!”

Esses exemplos dão a medida do meio em que vive hoje a maioria dos artistas a se hostilizarem mutuamente, como se assim procedendo estariam impondo-se junto ao público que os ouve e os julga.

Um artista não se impõe: aceita-se, admira-se, aplaude-se ou se recusa. Cada um tem seu tempo, sua época, sua recepção própria no meio em que vive e que a posteridade confirmará ou rejeitará.

Armando Belardi foi um desses trabalhadores infatigáveis que prosseguiu impassível na jornada que se traçou, ignorando as farpas que lhe eram atiradas, as misérias morais humanas em que todo ser é envolto, a traição, a ingratidão de muitos de seus contemporâneos aos quais durante a vida nada mais fez do que ajudá-los, apoiá-los, engrandecê-los para na maioria das vezes receber uma recompensa inesperada. E não que ele estivesse esperando qualquer manifestação de gratidão. Simplesmente que se houvesse qualquer divergência de opiniões cada um prosseguisse no seu caminho próprio, sem desfazer do amigo de ontem... Mas isso é assim.

Sempre foi e assim sempre será. Todo seu idealismo, todo seu anseio, todo sacrifício, associado às manifestações do público, mas também injúrias não merecidas, Belardi conta na sua biografia: **VOCAÇÃO E ARTE: MEMÓRIAS DE UMA VIDA PARA A MÚSICA** recentemente editado pela Casa Manon. Não há lamúrias, acusações, queixas, mas os fatos narrados qual tal se deram, com as provas documentais dos acontecimentos, acobertados sempre pelo idealismo que pautou sua vida nesses mais de setenta anos que dedicou para o engrandecimento da Arte em São Paulo, especialmente a música. Quase nonagenário, lúcido, lembrando uma época áurea que São Paulo viveu, é realmente um monumento vivo a que paulistanos, paulistas e brasileiros devem reverenciar com amor e carinho.

Sua vida e seus trabalhos nos fazem lembrar as palavras famosas de Demóstenes, (384-322 A. C.) na sua "Oração da Coroa". "Qual dentre vós não sabe que aos homens, enquantos vivos, os afronta mais ou menos a inveja? e que para com os mortos abonam os próprios inimigo o seu ódio? E sendo assim a condição humana, é porventura pelos que antes de mim foram, que hei de ser medido e aquilatado?"¹

O tempo o dirá, Maestro Belardi!

(1) - A Oração da Coroa - Demóstenes - Edição de Imprensa Nacional - Lisboa - 1922 (4ª edição) vertida do original grego precedida de uma estudo sobre a Civilização da Grécia por J. M. Latino Coelho.

PARA UM REESTUDO DA HISTÓRIA CAMPINEIRA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Embora publicado há mais de dez anos, julgamos oportuno recordar o quanto significou para um reestudo da história campineira o livro **Campinas, município do Império** (São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983), de Celso Maria de Mello Pupo, atuante e expressivo membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Paulista de História e da Academia Campinense de Letras, e reconhecido como um dos mais criteriosos tratadistas da história de Campinas. Oferece-nos seu livro contribuição assaz significativa para a história social, apresentando-se-nos, ainda, como uma das mais belas realizações gráficas surgidas ultimamente.

O autor centraliza suas observações na Campinas imperial, mas transporta-nos inicialmente aos meados do século XVIII, quando Barreto Leme e seus companheiros, procedentes do vale do Paraíba, fixaram-se na região onde, já nos fins do setecentismo, surgiram os primeiros lineamentos do que veio a ser a grande cidade de nossos dias. Em linguagem agradável, perpassa por todos os ciclos sócio-econômicos que marcaram a mais que bissecular evolução de Campinas.

Enfatiza o autor, com minuciosa descrição, o espírito religioso, o meio rural e o urbano, a vida familiar e a política, os sesmeiros e latifundiários, os tipos das sedes rurais, os paços e palácios da cidade, os barões do café e sua vida pródiga, o mobiliário e os utensílios domésticos, o florescimento da indústria em Campinas.

Interessante sua observação no que tange à moradia no campo, “como uma imposição de trabalho, que acabou por transformar-se em hábito elegante dos grandes proprietários de Campinas, como de outras regiões paulistas... Sem qualquer vínculo legal do imóvel, ele mesmo vinculou sua vida e sua família às terras do engenho, e passou a viver do poderio de seu

imenso território, na comodidade de seus vastos solares. Depois o café mais aumentou seus haveres, levando-o para os sobrados urbanos” (p. 157/158).

Enfim, o que o autor procurou, fazer, em última análise, foi uma história do cotidiano, quase nos moldes dos volumes que integram a magnífica coleção francesa *La vie quotidienne*, tão conhecida dos estudiosos de História*. Com pequenas modificações, que afetariam não tanto o conteúdo, mas, principalmente o método e a disposição da matéria, teria Mello Pupo elaborado uma obra que bem poderia intitular-se “A vida cotidiana em Campinas ao tempo do Império”. E sabemos nós que a história cotidiana, ao contrário do que parece à primeira vista, não é fácil, pois exige, além do espírito de pesquisa, o critério no tratamento das fontes, uma cuidadosa avaliação da documentação ilustrativa e, também, lúcido discernimento na apreciação dos valores.

O livro encerra excelente documentário, riquíssima iconografia, fotografias bem variadas, desde titulares do Império até sedes de fazenda e objetos de uso doméstico, além de extensa bibliografia. Parece-nos, de fato, ser a primeira vez que, numa pesquisa histórica referente a Campinas, se utilizam coleções particulares, inclusive do próprio autor. E quanto ao fato de ter-se o “filão” revelado magnífico, cremos não restar a menor dúvida.

Constitui-se, portanto, a nosso ver, num ponto de partida a todos os estudiosos da Ciência Histórica, que doravante tem a seu dispor valioso material para um reestudo da história campineira (como observamos de início), à luz do revisionismo historiográfico contemporâneo, atendendo aos critérios técnico-metodológicos que a Ciência nos impõe, naquela interação constante e interminável entre passado e presente.

(*) Constante de mais de cem volumes, editados em Paris pela conhecida casa Hachette, a preciosa coleção “*La vie quotidienne*” foi, em boa parte, traduzida para nossa língua e editada em Lisboa por uma editora curiosamente denominada “Livros do Brasil”, mas que não podia circular no Brasil... Daí, a iniciativa valiosa de uma editora paulista (Companhia das Letras) em promover a publicação em nosso país de vários títulos da famosa coleção.

BREVE NOTÍCIA SOBRE A FILOSOFIA DA RENASCENÇA

João RIBEIRO JÚNIOR

A tomada de Constantinopla por Maomé (Mohamed) II, em 1453, marca, para a História Universal, a época moderna, e para a filosofia, como para a arte e a literatura, o período da Renascença. Os intelectuais que, apossados pelos turcos, de Constantinopla espalharam-se pela Europa, na segunda metade do século XV; a reforma religiosa de Lutero, especialmente de Calvino e de Teodoro Béza; e as grandes descobertas científicas, entre outras, de Copérnico, de Galileu e de Képler, determinaram uma profunda revolução intelectual em todo o mundo civilizado. A invasão otomana, apossando-se da “pérola do Oriente” e guarda avançada da civilização ocidental, imprimiu extraordinário impulso ao progresso mundial e, principalmente, ao europeu.

O século XVI foi particular e profundamente fecundo em gênios, que transformaram e aumentaram notavel e brilhantemente os conhecimentos gerais, desbravando mares e continentes; descobrindo novos mundos; difundindo a ciência oriental no ocidente e aperfeiçoando a sabedoria humana pelo estudo profundo da natureza; sublimando, enfim, a literatura e a arte a culminâncias jamais excedidas. Miguel Ângelo, Cristóvão Colombo, Leonardo da Vinci, Dante, Rafael, Lutero, Camões, Galileu, Brunelleschi, Shakespeare, Képler, Donatello, Vasco da Gama, Copérnico, Cabral, Fra-Angélico, Américo Vespúcio, Bramante, e outros gênios e talentos insignes, iluminaram intensamente os séculos da Renascença, imortalizando-os no cômputo dos tempos. Na filosofia brilharam principalmente Ramus, Bodin, La Boétie, Montaigne, L’Hospital, Rabelais, em França; Maquiavel, Vanini, Pico de la Mirandola, Marcílio, Ficino, Pomponace e Cesalpini, na Itália; Nicolau de Cusa e Jacob Boehme, na Alemanha. O inglês Francis Bacon, os italianos Giordano Bruno e Campanella e o francês Descartes, pertencem já ao século XVII e, portanto, à filosofia moderna.

Alguns desses filósofos renascentistas são conhecidos; outros, sequer são citados em certas histórias da Filosofia; contudo, todos eles são importantes na história do pensamento. Eis o perfil de cada um deles:

Pierre la Ramée (Ramus), nascido em 1515 na Picardia, e falecido em 1572, procurou Paris aos 15 anos e empregava as horas vagas que lhe deixava a sua modestíssima condição de criado de um estudante, no estudo da filosofia. Começou por Aristóteles, não o da escolástica, isto é, o que na Idade-Média era mal conhecido e deturpado pelos comentadores da época; mas sim pelo verdadeiro filósofo de Estagira, cujas doutrinas só no século XV foram divulgadas no Ocidente, segundo as versões de Averróis e de Alexandre de Afrodise. Não o satisfazendo a filosofia peripatética. Ramus voltou-se para Platão, e tanto se entusiasmou com a doutrina deste filósofo que dela se serviu para combater a ciência aristotélica, nos seus livros *Animadversiones Aristotelicae* e *Dialecticae Partitiones*. Atacar a essência científica do ídolo da época era incorrer no desagrado da Universidade e da Igreja, e por isso os seus livros foram condenados pela Universidade de Paris, e queimados em virtude de sentença régia. Este filósofo não nos deixou sistema próprio; todavia os seus estudos exerceram influência na Renascença por patentearem, comentando-as, as verdadeiras doutrinas dos dois grandes filósofos gregos, que ele discutiu e, especialmente, as diferenças essenciais entre elas.

Etienne de La Boétie (1530-1563), partidário ardente e convicto da liberdade, demonstra, no livro *Dicours sur la Servitude Volontaire*, que os homens nasceram todos livres e iguais, e que se há tiranos é porque os povos os consentem. “Basta querer para poder”. Este pensador foi, portanto, um dos precursores da *Enciclopédia* e da revolução social e política que dois séculos mais tarde devia abalar o mundo e profundamente transformar as suas instituições.

Michel de Montaigne (1533-1592), amigo íntimo do antecedente, é, em filosofia, um cético. Afirma a impotência da razão humana e a vaidade do dogmatismo científico. Ele não criou nenhum sistema filosófico; era muito cético e irônico para isso; porém os seus vastos conhecimentos e a originalidade do seu estilo tomaram-no popular. Os seus *Essais* imortalizaram-no.

Pierre Charron (1541-1603), seu discípulo, foi também um demolidor e erigiu a dúvida em sistema. Para ele, só o ceticismo pode conduzir à liberdade filosófica. Publicou *La Sagesse*.

François Rabelais (1494-1553), o famoso autor dos livros **Pantagrue** e **Vie Inestimable du Grand Gargantua, Père de Pantagrue**, exerceu também enorme influência no renovamento literário, filosófico e científico da Renascença. Filósofo cético, ele professa, todavia, o culto da verdadeira ciência, e a sua crítica é erudita e profunda. A arma de que ele se serve é o ridículo, e o seu estilo, quase sempre jogralesco e sarcástico, foi uma alavanca terrível a derrubar os últimos redutos dos preconceitos medievais.

Jean Bodin (1530-1596), no livro **République**, foi o refutador, em França, das doutrinas de Maquiavel. O seu mérito máximo é o de ter aplicado a jurisprudência à política, muito antes de Montesquieu. Depois de examinar os vários sistemas conhecidos de governar os povos, Bodin adota um meio termo entre a monarquia e a república, o que além de não ser uma solução satisfatória, complica ainda mais o problema político.

Michel de L'Hospital (1505-1573), chanceler de França, proclamou mais do que nenhum outro publicista do seu tempo, a idéia de um direito natural que libertasse a política da religião e inspirasse-lhe a ação civilizadora. Para ele, a liberdade de consciência é a maior e a mais pura das liberdades. É absolutamente necessário deixar em paz o espírito e a consciência dos homens que não podem ser curvados pelo ferro nem pelo fogo, mas unicamente pela razão, que domina as almas. Por ocasião da chacina de São Bartolomeu (24-8-1572), quando foram mortos cerca de 20 mil huguenotes (3 mil só em Paris), os fanáticos invadiram-lhe a residência, mas respeitaram-lhe a vida. Todavia, esta afronta ocasionou-lhe brevemente a morte. Escreveu, entre outros, um **Traité de la Reformation de la Justice**.

Nicolò Maquiavel (1469-1527), um dos nomes mais conhecidos e execrados da humanidade, talvez por não ser nem indiferente, nem cínico, nem irresponsável. Deixou-nos uma obra original **O Príncipe**. A essência doutrinária é a do artifício, ou fingimento, da perfídia e da completa ausência de consciência e de escrúpulo. Ao matar, enganar, trair, os príncipes e os republicanos de Maquiavel fazem coisas más que a moralidade comum não pode tolerar. O grande mérito de Maquiavel é que não nega este fato. Marsílio, Hobbes, Spinoza e, ao seu modo, Hegel e Marx tentaram negá-lo, como também o tentaram muitos defensores da **raison d'état**. Mas uma coisa é aceitar algo na prática e outra justificá-la racionalmente. É este último processo que os escritos "escandalosos" de Maquiavel iniciaram. Esse representou um momento decisivo, e suas conseqüências, que seu criador jamais previra, tornaram-se, por uma feliz ironia da história (que uns

chamaram sua dialética) a base do próprio liberalismo, que Maquiavel certamente condenaria por ser fraco, carente de uma procura coerente do poder, de esplendor, organização, virtú e capacidade de disciplinar homens insubordinados contra grandes disparidades, juntando-os num todo forte.

Pietro Pomponace (1462-1525), fundador da escola filosófica de Pádua; escreveu *Traité de l'Immortalité de l'âme* e *De Fato*, onde combate e refuta as doutrinas peripatéticas, considerando-as contrárias à Igreja. Se o povo tem necessidade de crer no inferno para não ser criminoso, é que ainda estão em germe as suas idéias morais. A verdadeira virtude tem em si mesma a sua recompensa essencial.

Andrea Cesalpin (1519-1603) e **Lucílio Vanini** (1585-1619) consideram Deus não como a causa, mas como a substância do mundo. Mais naturalista do que filósofo, o primeiro opina que assim como os insetos nascem da putrefação, todas as coisas nasceram na época em que era mais intenso o calor celeste. Já Vanini, discípulo de Pomponace, proclama, com Aristóteles, a eternidade da matéria dotada de movimento próprio. Condenado à morte pelo parlamento de Toulouse, como ateu, herético e blasfemador, antes da execução o carrasco arrancou-lhe a língua com tenazes em brasa. Vê se que os sábios da Renascença, como os da antigüidade e da Idade-Média, pagaram também o seu tributo de sangue aos poderosos do momento, que sentiam fugir-lhes o domínio das consciências.

Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494), aos dezoito anos propôs a todos os sábios de seu tempo, uma espécie de sabatina filosófica, em Roma, sobre novecentas teses científicas. O resultado foi sua condenação como herege pelo papa Inocêncio VIII (1484-1492). Foi somente com Alexandre VI (1492-1503), que Pico conseguiu o perdão. Sua obra tem um certo gosto neoplatônico, cujo objetivo fundamental situa-se para além de ressuscitar antigos e mais ou menos conhecidos princípios mágicos e de introduzir novos. A sua ambição consistia em conciliar o aristotelismo, já oficialmente sancionado, com o platonismo, que os humanistas do Renascimento voltavam a estudar. Pico procurou executar este projeto com o auxílio da Cabala.

Marsilio Ficino (1453-1499), foi o principal ornamento da academia platônica que Cosme de Médicis fundou em Florença em 1460. Traduziu Platão e Plotino. O objetivo declarado deste filósofo é o de renovar e promover a união entre religião e filosofia. O próprio título da principal obra de Ficino exprime-lhe a intenção : *Theologia platônica*, ou seja,

renovar a especulação cristã, ligando-a ao platonismo. Para ele, o homem é um elemento indispensável da ordem e da unidade dinâmica do mundo.

Bernardino Telésio (1509-1588), seu interesse é mais científico do que filosófico. Ele tentou a redução naturalística da vida intelectual e moral do homem e fez desta redução o fundamento e a justificação do valor de uma e de outra. Telésio admite três princípios ao tratar da natureza das coisas dois incorpóreos: o calor e o frio; um corpóreo; a matéria. Foi deles e das suas combinações que nasceram as coisas. A ciência deve-lhe idéias novas sobre o movimento dos corpos celestes, o ângulo da incidência e da reflexão da luz; sobre a queda dos corpos, etc. O seu continuador natural é Galileu.

Tomas Moro (Morus) (1478-1535). Este filósofo inglês (e santo) celebrizou-se pelo seu livro *Utopia*, que descreve sob esse nome um país cujos habitantes não possuem propriedades e quando, por exemplo, necessidade de um imóvel, pedem-no ao magistrado. A base da sociedade é a família, composta de quarenta membros e dois escravos. Todos os cargos são eletivos; e duzentos chefes, cada um de dez famílias, elege o rei e servem-lhe de conselheiros. Exceto as mulheres, tudo é comum entre os habitantes. O ouro é desprezado, servindo apenas para correntes de amarrar os presos e para brincos-distintivos dos malfetores. As refeições são servidas em comum e o excesso é o único limite dos prazeres. Não obstante ser chanceler da Inglaterra, moro foi decapitado por não querer reconhecer a potência espiritual do rei Henrique VIII.

Nicolo de Cusa (1401-1464), cardeal alemão, combina a filosofia com as matemáticas, especialmente com a doutrina pitagórica dos números. Deus revela-se por símbolos matemáticos, permanecendo, contudo, inacessível em si mesmo. Cada coisa contém um desejo natural de atingir um estado melhor e superior àquele que a sua própria natureza comporta, e de agir empregando os instrumentos necessários a esse fim. Assim, pelo peso da própria natureza, cada coisa atinge e repousa no seio do objeto amado. A primeira observação afigura-se-nos profundamente verdadeira, a segunda é criticável, porquanto, a não ser que o cardeal-filósofo se refira ao repouso de além-túmulo, porque na Terra nem todas as coisas repousam "pelo peso da sua própria natureza" no seio do objeto amado. Sua principal obra tem por título *De Docta Ignorantia*.

Jacob Boehme (1575-1624), também alemão, é um filósofo profundamente místico. Paupérrimo, foi obrigado, para sobreviver, a fazer-se sapateiro, circunstância que não lhe permitiu instruir-se além das primeiras letras, mas à força de talento e de gênio, este grande visionário

conseguiu interessar a ciência até ao limite das possibilidades naturais, isto é, enquanto ele não se perdeu nos domínios do sobrenatural. Todas as coisas visíveis encobrem um grande mistério, segundo ele. Tudo o que vive encerra a dualidade da ternura e da violência, da doçura e da amargura, do bem e do mal; tudo o que não obedecer a esta regra está morto. Pelas suas visões sobrenaturais, descritas no livro *L'Aurore a son Lever*, alguns críticos o consideram um louco, enquanto que outros, pelas suas doutrinas, o proclamam o precursor da metafísica alemã (Spinoza, Schelling, Hegel).

Cornélio Agrippa, Erasmo, Simão Porta, César Cremonini, Nizzoli, Paracelso, Patrizi, Aconcio, Sanches, Ochino, além dos grandes reformadores, Lutero, Calvino, Zwinglio, Servet, Teodoro Béza, impulsionaram o movimento ao mesmo tempo religioso, social, científico, político e artístico que constitui a Renascença, época em que a humanidade, começando definitivamente a libertar-se dos tradicionais preconceitos, entra na órbita da modernidade, iluminada pelos gênios de Descartes, Leibniz, Spinoza, Bacon, Pascal, Berkeley, Hobbes, Locke, Hume, Rousseau, Montesquieu, Malebranche, Kant, Hegel, Schelling, Shopenhauer, Spencer, Darwin, Stuart Mill, Bentham, Hamilton, Augusto Comte, Victor Cousin, Diderot, D'Alembert, Proudhon, Taine, Guyau, Ribot, Bergson, e outros. Essa brilhante e formidável expansão da filosofia nas épocas moderna e contemporânea foi iniciada na Renascença, e, principalmente, nos séculos XV e XVI pelo concurso dos sábios de Constantinópla e pelas descobertas de Colombo, de Gama, de Vespúcio, na amplidão dos mares, e de Galileu, Copérnico, Tycho-Brahe e Kepler na imensidade dos céus. Como que o espírito humano dilatou-se nos mistérios do infinito; e as paletas e cinzéis de Miguel Ângelo, de Rafael, de Leonardo da Vinci, de Bramante e de muitos outros artistas surpreenderam nos esplendores da Natureza a sublimidade da Arte.

Doravante, a palavra pertence, mais do que nunca, à filosofia, e é ela que assimilando os conhecimentos do passado e as aquisições do presente, vai sublimar-se a culminâncias jamais atingidas pela intelectualidade humana, na ânsia eterna e insaciável de saber e de amar.

UM ENGENHEIRO SUECO EM CAMPINAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Duílio BATTISTONI FILHO

Situada na península escandinava, na sua parte oriental, a Suécia, este belo país no norte da Europa, tem uma área de 449.793 km² e uma população de 8.292.000 habitantes. Sua riqueza econômica consiste principalmente nos minérios de ferro e nos imensos bosques que fornecem as madeiras de lei, tornando o país um dos maiores exportadores de madeira do mundo.

Pois bem, foi este país nórdico que forneceu ao Brasil uma plêiade de homens notáveis que aqui vieram como imigrantes e puderam colaborar no desenvolvimento do país, pois muitos deles eram engenheiros, cientistas, médicos, arquitetos, escultores, professores para citar algumas profissões.

Campinas teve a honra de receber alguns desses imigrantes suecos como André Ulson que permaneceu pouco tempo na cidade, pois mudaria depois para Araras; Gustavo Enge, célebre professor de Geografia do Colégio Culto à Ciência e o engenheiro Pedro Anderson. Vamos nestas rápidas notas, tecer algumas considerações sobre a presença deste último na cidade.¹

Seu nome verdadeiro era Peter Abraham Anderson. Nasceu em 1840, filho de um cônsul sueco na Inglaterra. Apesar de a família ter-se dado bem em terras inglesas, teve a necessidade de imigrar para os Estados Unidos em busca de novas oportunidades. Em Minnesota, o jovem Pedro se graduaria mais tarde como engenheiro-químico.

Por ocasião da guerra civil americana em 1861 simpatizou com a causa sulista. Porém, com a derrota muitos americanos sulistas

(1) Todas as informações colhidas a respeito de Pedro Anderson estão no livro editado em 1952, "Suecos no Brasil" de João Gualberto de Oliveira.

inconformados com a situação, abandonaram a pátria e vieram para a América do Sul. Os que procuraram o Brasil foram se estabelecer principalmente na região de Americana, Estado de São Paulo, onde puderam organizar um núcleo próspero e atuante.

O mesmo aconteceu com o jovem Pedro que, percebendo uma situação desconfortável em solo americano, resolveu vir para o Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro, trabalhou na montagem de máquinas agrícolas, especialmente para beneficiar café, em firmas especializadas, num momento em que o café reinava soberano na economia brasileira. Apesar de gostar do Rio, queixava-se muito do calor, excessivo para um sueco e por isto, atendendo a um convite de amigos e correligionários americanos resolveu fixar residência em Campinas.

Aqui chegado em 1870 fundou a firma Anderson, Souto Mayor & Cia que funcionou inicialmente na rua José de Alencar, 49. Essa Empresa dedicava-se à fundição de ferro, reparos em máquinas e oficinas de carpintaria. Cresceu de tal forma que chegou a ter veleiros de regular calado para importar madeira da Suécia.

Nove anos mais tarde casou-se com Esmeralda Ambrozina Fragoso de tradicional família campineira e dela teve seis filhos: Maria, Alberto, Pedro Anderson Filho, que mais tarde seria comerciante e vereador da Câmara Municipal, Ana, Emília Adelaide e Miguel Arnaldo.

Homem inquieto e empreendedor, a par de suas atividades comerciais, resolveu se dedicar à agricultura. Para tanto, compra em 1890 a fazenda São Luís nas proximidades de Americana, por vinte contos de réis, onde passa a desenvolver as culturas da cana de açúcar e a do café. Dotado de nobre coração e espírito humanitário, acolhia em seu estabelecimento os necessitados da vida dando-lhes roupas e mantimentos. Era comum os pobres fazerem filas à porta de sua casa comercial portando vasilhas para receberem feijão, fubá ou arroz.

Colaborou com altas somas em dinheiro nas obras de construção da Catedral de Campinas que viria a ser inaugurada em 1883 com sua bela arquitetura e talha riquíssima, motivo de orgulho de todos os campineiros.²

Vivendo em plena época da escravidão e sendo fazendeiro, era natural que Pedro iria recorrer ao braço escravo. Entretanto, tratava os escravos muito bem, dando a eles toda a liberdade possível e sempre lhes

(2) É preciso assinalar que o sueco Ferdinando Frick foi o autor do monumento a D. João Nery, primeiro bispo de Campinas, erigido em 1924 em frente à Catedral.

dizia que eram homens iguais a outros, senhores, portanto, de seu destino. Depois de trabalhar algum tempo ao seu serviço, para indenizá-lo em parte, dos gastos com a compra, muitos destes escravos eram alforriados. Contudo, graças à sua imensa generosidade, muitos permaneciam como trabalhadores livres na fazenda, mesmo após a abolição.

Campinas, ao final do século passado, foi vítima da febre amarela que ceifou muitas vidas dos lares campineiros. Pedro, sendo homem prático e curioso estava convencido de que uma das causas da epidemia era a péssima condição sanitária da cidade, sobretudo a água contaminada. Imediatamente mandou construir, por sua conta, um poço artesian, por sinal, um dos primeiros do país. Tanto é verdade que o imperador D. Pedro II, entusiasmado com tal iniciativa, aprovou que lhe desse o nome de "Água Imperial". Esta água era distribuída desde as primeiras horas da madrugada. Seu dono, pessoalmente, acionava a bomba manual que supria as necessidades de sua família e as de outras.

Em 1893 retorna aos Estados Unidos para conhecer de perto as últimas novidades no setor de máquinas agrícolas e lá permaneceu durante três anos a ponto de ali instalar uma serraria na Carolina do Norte. Também neste estado americano seus filhos estudaram.

Pedro amealhou uma imensa fortuna à custa de muito esforço e dedicação. Foi um trabalhador incansável e exemplo para muitos. Madrugador, lá estava ele bem cedo inspecionando suas oficinas e a sua fazenda, não deixando faltar nada. À noite debruçava sobre a mesa contabilizando as transações do dia.

A 3 de agosto de 1903 foi encontrado morto junto ao seu livro de assentos. A notícia correu depressa pelos quatro cantos da cidade. A população mostrou-se desolada com a perda daquele sueco que muito fizera pela comunidade campineira. Como reconhecimento de seus serviços prestados à cidade, em 1935, o prefeito José Pires Neto, pelo ato nº 74 resolveu dar o seu nome a uma das vias de Campinas.

PORQUE SÃO PAULO, EM 1932, NÃO AVANÇOU PARA O RIO

Hélio DAMANTE

Um dos mitos criados ao redor da Revolução de 1932 tem por favas contadas que o grande erro dos constitucionalistas de São Paulo foi não ter marchado diretamente para o Rio de Janeiro e tomado o poder, exorcisando os tenentes. As circunstâncias lhes seriam todas favoráveis, já que detinham o monopólio do transporte ferroviário e rodoviário e tinham apoio popular e logístico. Bastaria às tropas paulistas embarcar, aqui, nos vagões da “Central do Brasil” para desembarcar triunfalmente no coração da metrópole brasileira, colhendo de passagem a adesão das guarnições aquarteladas ao longo do percurso e da população.

Embora o então coronel Euclides Figueiredo, um dos principais chefes da revolução, tenha contestado com provas essa versão, no seu livro **Contribuição para história da Revolução Constitucionalista de 1932**, o mito não se abalou e prevalece ainda hoje. Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco, em sua **História do Povo Brasileiro**, a endossam, com autoridade não de historiadores, que não o são, mas de testemunhas qualificadas da história recente da República.

Com a forma de breve comunicação a um boletim historiográfico, “Informativo do Instituto de Estudos Valeparaibanos” (nº 69), e sob o título **Resende na Revolução de 1932**, o professor Hélio Cezar da Costa, dessa cidade fluminense, traz novos dados que confirmam a tese do coronel Figueiredo. Sem entrar no mérito da questão, comprova que “o passeio para o Rio não poderia ter sido realizado com êxito nas circunstâncias que cercaram o deflagrar da Revolução Constitucionalista. Com o apoio de documentos, especialmente ao que parece dos jornais locais, revela que, três meses antes do 9 de julho, tropas federais ocupavam Resende, como o haviam feito antes com Barra Mansa (QG do general Góis Monteiro) e Barra do Pirai, aferrolhando a passagem para o Rio.

Prontos para o combate, montaram na Santa Casa resendense um hospital de sangue, com pessoal médico e paramédico militar e o concurso do cirurgião local. Os dois cinemas e os dois grupos escolares da velha cidade foram requisitados para quartel, suspendendo-se as aulas.

A 10 de março, um pelotão de cavalaria do Exército acantonava em Resende. Tratava-se, fora de dúvida, da vanguarda de um forte continente de 800 homens, composto de três unidades e sob o comando do coronel Manuel de Cerqueira Daltro Filho, que preparava a resistência à eventual ofensiva vinda de São Paulo. Nessa mesma data, conforme pesquisa do professor Hélio César da Costa, chegava a Resende o presidente Getúlio Vargas, em visita às tropas. Em discursos, concitava-as a defender a ordem legal. Não poderia haver advertência mais clara sobre as disposições do poder central diante de uma iminente revolução, mas faltava a São Paulo um bom serviço de contra-informação...

Dias depois fez-se visível o deslocamento dessas unidades para as divisas Rio/São Paulo ocupando fazendas abandonadas por seus moradores ante a ameaça da guerra civil. Mais reforços deslocaram-se para a frente paulista. Entre eles, segundo o relato do professor Hélio Cezar, um forte contingente de artilharia, procedente de Cabedelo (Paraíba) e composto de 400 homens. Acrescentemos que, viajando por mar dessa cidade ou do Recife para o Rio de Janeiro, daí seguindo pela ferrovia até Resende, demorou no percurso quinze ou vinte dias, como é provável, transportando ainda muares, canhões e munições; a tropa o fez em tempo recorde. Mas o que nos interessa aqui é o fato de que deixara sua base dias antes de começar a revolução em São Paulo.

Tudo isso e mais providências adotadas nas divisas de Paraná e de Minas Gerais provam que o cerco militar de São Paulo fora cuidadosamente planejado e executado em termos de Estado-maior, com prioridade para a defesa da capital da República.

No início das hostilidades, Vargas mais uma vez visitou a frente paulista, acompanhado de seu ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, e o fará novamente em agosto, prova da importância em que tinha aquele setor. Em nenhum instante, porém, o governo federal seria apanhado de surpresa pelos acontecimentos, nem se deteta qualquer sinal de uma ofensiva paulista sobre o Rio de Janeiro.

Euclides Figueiredo explica por que: como comandante defrontava-se com sérias dificuldades no Vale do Paraíba. Mais de 24 horas depois de irrompido o movimento militar, os regimentos de Lorena e

Caçapava não se haviam definido a favor ou contra São Paulo. Seria temerário, escreve, atirar toda a tropa para a frente sem outras considerações de ordem militar.

Nenhum confronto decisivo se iria verificar nessa área antes da queda do Túnel, na frente mineira, para onde se transferira o eixo das operações. A queda daquele ponto estratégico marca o início do desmoronamento de frente norte paulista e o começo do fim da Revolução. Neste interim, travam-se violentos combates. Num deles, em Silveiras, morre o capitão Cícero Augusto de Góes Monteiro, de 32 anos, irmão do general Góes Monteiro.

Em meados de setembro, relata o nosso cronista, as tropas de Resende deslocaram-se para Cruzeiro. A cidade gradativamente retornou à normalidade, após 76 dias em que vivera praticamente na frente de batalha. Não obstante, sofreu um único bombardeio aéreo, sem vítimas, e em nenhum momento esteve ameaçada de cair em mãos dos paulistas.

Euclides Figueiredo chama de “estrategistas de café” aqueles que no Rio de Janeiro e alhures, não entenderam os motivos que o fizeram deter as tropas paulistas na linha Salto/São José do Barreiro e o criticaram por não as ter jogado para diante “num golpe aventureiro”. É preciso que novas pesquisas reconstituam a guerra paulista nas várias frentes de batalha, tão bem delineadas no famoso mapa de J. Wasth Rodrigues, como acaba de fazê-lo o professor Hélio César em relação àquele setor da camada “Frente Norte”.

UMA INTRÉPIDA VIAJANTE

Célia Siqueira FARJALLAT

As mulheres dos tempos antigos não viajavam como os homens. Enquanto eles percorriam países exóticos e mares nunca dantes navegados, elas, presas aos trabalhos domésticos, fiavam, teciam e cuidavam dos filhos. Por isso, não são muitos os relatos de viagens femininas. Mas, assim como os ingleses foram grandes viajantes, as inglesas foram as primeiras que conseguiram quebrar os liames que as prendiam à roca e ao fuso.

Comprovando isso, Afonso de Taunay registra as **Memórias** da famosa Lady Esther Stanhope. Em nossas terras, a mais antiga viajante foi Mrs. Kindersley, que esteve na Bahia por volta de 1764, deixando suas impressões em duas das 77 cartas que escreveu, relativas à Índia. Depois, a infatigável Maria Graham, que viveu algum tempo no Brasil, na época da Independência e do Primeiro Império.

Mas nenhuma delas viveu as aventuras rocambolescas de Ida Pfeiffer, a primeira circunavegador de que se tem notícia. Ida, a única mulher entre seus sete irmãos, foi diferente. Esportista, casou-se com um certo doutor Pfeiffer, viúvo e muito mais velho do que ela, e até os 45 anos viveu como simples dona de casa. Foi quando resolveu viver o sonho de sua juventude. Vencendo preconceitos, parte sozinha, Danúbio abaixo, navega para Constantinopla, atravessa a Palestina e o Egito e volta triunfante.

Escreve suas impressões e põe-se a estudar inglês e dinamarquês. Um ano depois, começa nova viagem, agora para a Alemanha, países escandinavos até a Islândia. Resolve fazer a primeira viagem ao redor do mundo, hoje tão comum, mas difícilíssima em seu tempo. E parte em um veleiro, e, após 79 dias, chega ao Brasil. A viajante entusiasmou-se com a Baía da Guanabara, mas detestou o clima quente e úmido do verão carioca. Conheceu alguns austríacos; fez excursões com eles e até um curioso piquenique. Com exagero, referiu-se aos “castelos” da família real, na verdade modestíssimos; descreveu a Quinta do Boa Vista, o Jardim Imperial,

a Praia do Flamengo. Anotou os flagelos: formigas, baratas e outros insetos; queixou-se do calor e da falta de conforto, da má alimentação, do leite aguado.

Reparou na pobreza geral e nos horrores da escravidão. A moral do povo não a satisfez e atribuiu o fato à escravidão. Notou como eram todos religiosos e falou das novenas, das procissões e das festas de igreja.

Redigiu uma série de conselhos aos seus compatriotas, alertando-os contra as quimeras do Novo Mundo.

As informações históricas e geográficas de Ida Pfeiffer são estapafúrdias. Ele estropiava também, de modo muito engraçado, os nomes de acidentes geográficos e até de unidades monetárias, chamando de "21" ao inocente vintém.

Aquela viajante austríaca, enérgica, corajosa, independente, foi, sem dúvida, a precursora das milhares de viajantes de nossos tempos.

("Correio Popular", Campinas 13-6-1993)

VIAGEM PELO VALE SENTIMENTAL DO JUNDIAÍ

Geraldo Barbosa TOMANIK

Há pouco, no Paço Municipal, comecei a observar da janela a vista panorâmica que se descortinava daquelas alturas, abrangendo uma enorme área urbana. Por entre o casario e as ruas, notei uma nova avenida surgindo onde antes fora o antigo leito da Sorocabana.

Lá existiu, durante quase cem anos, a **Estrada de Ferro Ituana**, inaugurada em 1873, debaixo de muita solenidade. A primeira viagem foi feita com o trem todo embandeirado e num dos vagões ia uma comitiva da capital da Província e de Jundiaí, numa festiva confraternização, cujo motivo era o ideal republicano, que então já se efervescia na política do Segundo Reinado. Essa caravana destinava-se a participar da Convenção Republicana, a realizar-se em Itu no dia seguinte.

Observei, assim, o quanto de transformação houve no decorrer desses cento e vinte anos. Hoje, aquela faixa de terra se transformou numa avenida, denominada “dos Ferroviários”, nome, aliás justo por se homenagear a laboriosa classe dos ferroviários e resgatar a própria história jundiaense. Afinal, no século passado, fomos um centro ferroviário de expressão nacional, onde cinco ferrovias existiram, além de quinze estações no município.

Certa vez, no início dos anos cinqüenta, tive de me dirigir a Itu e resolvi fazer a viagem pela **Ituana**. Numa típica manhã outonal jundiaense, de céu muito azul, onde apenas alvas e raras nuvens eram levadas pelo vento de sudeste, na “gare” esquerda da **São Paulo Railway**, estava o velho trem, que se compunha de dois vagões (1ª e 2ª classe), o carro de bagagens e correio e a locomotiva “Baldwin”, com a sua caldeira pronta para a partida. Após o estridente apito do guarda-trem dando a ordem de partida, o maquinista acionava o lânguido silvo da locomotiva, toda reluzente nos seus metais, que brilhava na convulsão da fumarada que a envolvia e pôs-se a deslizar mansamente sobre os trilhos, deixando pouco a pouco aquele ponto de embarque.

Com o olhar perdido por entre o panorama que então começava a ver, deslocavam-se os altos da cidade (mais precisamente o morro do

escadão), os prédios da Eletro Metálica, o imponente grupo escolar Siqueira de Moraes e o grupo velho, assim denominado; a residência do Engenheiro Pedro Soares de Camargo, hoje o prédio da Câmara, outros fundos de residência e o Politeama, de placa em letras garrafais; depois, olhando para os baixos, o Cottonificio Fides de Rappa & Milan, a Argos Industrial e logo em seguida os terrenos quase alagadiços do Guapeva (que atravessamos por um pontilhão), o campo do Minas, os armazéns do Rappa e uma passagem de nível na rua Doutor Torres, ainda com suas famosas porteiras que tanto azucrinarão pedestres e veículos (o viaduto só seria inaugurado em 23 de setembro de 1950).

Com frenéticos apitos, ia aquele trem passando por entre os terrenos da Companhia Paulista e nos fundos das residências que vinham a seguir nas ruas Padroeira, Siqueira de Moraes, São Bento, vendo-se os prédios das indústrias Andrade Latorre. Em seguida, vinham as ruas Doutor Almeida e Abolição e mais uma passagem de nível. Entrávamos numa curva à esquerda e atingíamos os bairros da Ponte de Campinas e Vila Lacerda, passávamos pelo Leprosário São Lázaro, vindo, em seguida, os terrenos ainda desocupados da rua do Retiro. À direita, avistavam-se as margens do rio Jundiá - que corria em direção oeste - e, aos fundos, os terrenos da progressista Hortolândia. Ia o trem, agora, desenvolvendo relativa velocidade, tendo à direita o rio onde, em trechos encachoeirados, havia um e outro pescador em busca de traças, lambaris e prateados. A viagem prosseguia tranqüila, e da janela do trem ia observando a sucessão de bucólicas paisagens, como a extensa várzea, onde se viam nos alagadiços algumas garças indiferentes ao estrondo, chispas e fumaradas.

Para os lados do Sudoeste, a exuberância das matas que rodeavam as encostas da Serra do Japi. “Lá, um refúgio ideal da fauna remanescente do Planalto Paulista, que já infelizmente vinha sofrendo depredação, assim como a flora que pouco se recupera devido à fragilidade do solo e da baixa fertilidade. Seus bordos escarpados funcionam como se fossem um pequeno platô inclinado para Oeste-Sudoeste. A região de Jundiá, envolvendo a Serra do Japi e as colinas da bacia do Jundiá, constitui-se numa das áreas-chaves da geomorfologia do setor interior do Planalto Atlântico Paulista. Embora tenha sua própria complexidade geológica em função sobretudo das estruturas de xistos e quartzitos pré-cambrianos regionais, seus maiores problemas são de ordem geomorfológica”, disse o mestre Aziz Nacib Ab Sáber no estudo que fez para o tombamento da Serra do Japi (Processo do Condephaat n.º 20814/79).

Ainda sobre a Serra curiosas informações vamos encontrar na obra escrita por José Bonifácio de Andrada e Silva, em companhia de seu

irmão Martim Francisco, intitulada *Viagem mineralógica na Província de São Paulo*, de 1821, da qual transcrevo alguns trechos interessantes: “É para admirar que não haja lagos naquelas espécies de algares ou crateras; tal, porém, é, de uma parte a evaporação, e da outra a natureza esponjosa do terreno, que as águas da chuva não se podem juntar e conservar. Na Fazenda Japi, vimos caças, como pacas, veados, tatus, antas, jacus, pombas, etc.... O terreno quase todo não permite cultura e somente pouco dele pode servir para criação de gado; contudo, nos lugares em que vi as plantações de cana, milho, feijão, mandioca e algodão que davam bem, mas é tal a indolência e preguiça dos habitantes, que preferem viver como os árabes no deserto, a cultivarem a terra. Se ao menos para melhorar os pastos tivesse o cuidado de os queimar, poderiam aumentar os seus rebanhos, principalmente os de bois, que são de boa raça, e fazer mais manteiga e queijos. Confesso que nunca vi touros tão belos e tão robustos como os da fazenda Monserrate, e agora me pertencem. Ao mesmo tempo não podemos deixar de sentir a falta de bosques. Todas as antigas matas foram barbaramente destruídas com o fogo e o machado, e esta falta acabou em muitas partes com os engenhos (sabe-se pelas observações de viajantes estrangeiros da existência de 29 engenhos de açúcar e aguardente naquela região). Se o Governo não tomar enérgicas medidas contra aquela destruição, sem a qual não se sabe cultivar, depressa se acabarão com todas as madeiras e lenhas; os engenhos abandonados, as fazendas esterilizarão, o população emigrará para outros lugares e a civilização atrasar-se-á. A administração da Justiça e a punição dos crimes cada vez experimentarão maiores dificuldades no meio dos desertos”.

Nesse relato, o autor constatou que a depredação já vinha de longa data. O homem não se conscientizou e nem criou suficiente juízo para habitar este planeta.

Voltando à minha sentimental viagem, ia o trem cumprindo seu itinerário. No seu trajeto, acompanhava sempre o rio, passando pelas localidades de Cesário Mota, Itupeva, Monserrate, Quilombo, Morungaba, Fazenda Cachoeira, Itaici (ponto de baldeação para Indaiatuba e Piracicaba) Pimenta, Salto. Até aqui o combolo completava 58 quilômetros de viagem. Af, nosso lendário rio Jundiaí deságua sobre o Tietê. A pouco mais de cinco quilômetros, entrava a **Ituana** na “gare” da estação da histórica Itu, que foi a “Fidelfíssima” ainda no Primeiro Império, como a denominou D. Pedro I.

E assim terminou a viagem através do Vale do Jundiaí. Hoje em dia, esse antigo ramal ferroviário bem poderia funcionar como verdadeira atração turística, caso tivesse sido aceita a idéia do engenheiro Torres Neves, ainda em fins do século passado, de abrir uma avenida marginal ao leito da **Ituana**.

ALMEIDA JÚNIOR NAS IMPRESSÕES DE RAFFARD

Roberto Machado CARVALHO

Entre os visitantes que escreveram sobre a cidade de São Paulo em fins do século XIX aparece o nome de Henrique Raffard, natural do Rio de Janeiro e filho do cônsul-geral da Suíça na então capital do país. Inteligente e culto - estudou na Suíça, França, Alemanha e Bélgica inclinouse mais para as ciências matemáticas, vocacionado para as lides dos negócios comerciais. Nos dois primeiros países citados adquiriu razoável bagagem histórico-literária. Mais tarde, residindo no Rio de Janeiro, escreveu **Apontamentos acerca das pessoas e cousas do Brasil**, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 61, de 1899 e diversos artigos sobre suas impressões da cidade de São Paulo, no momento em que ela passava por uma transformação urbanística provocada pelos capitais provindos das economia cafeeira e das indústrias nascentes. Os artigos saíram no "Diário do Comércio", do Rio de Janeiro, em março de 1890 e no "Jornal da Tarde, de São Paulo, em abril do mesmo ano, sob o título **Alguns dias na Paulicéia**. Depois, em 1892, foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 65. Tratava-se, assim, de uma raridade bibliográfica. Em boa hora o trabalho de Raffard, com o mesmo título, foi incluído na "Biblioteca Academia Paulista de Letras", volume 4, de 1977, 109 páginas, com introdução de Leonardo Arroyo. Em livro, foi a primeira edição. Dá uma idéia do panorama paulistano daquele final de século, revelando alguns problemas que já atormentavam a vida da futura grande metrópole.

Raffard trata do aumento da população, construções de casas - 50 a 60 por mês - energia de gás e elétrica, abastecimento, vendas e compras de imóveis, imigração, hotéis, casas de ensino, formação e crescimento de bairros, transportes, aspectos culturais, igrejas, jornais e outros assuntos.

Raffard dedicou-se ao estudo da lavoura da cana de açúcar na então província de São Paulo, no seu período áureo, isto é, fins do século XVIII e primeira metade do XIX. Estava ligado aos negócios do açúcar,

através de uma empresa inglesa, especialmente na região de Capivari, terras que, depois, receberam o nome de **Raffard**, origem da vizinha cidade onde se produzia açúcar e álcool. Prosperavam os chamados “engenhos centrais”. Escreve o prefaciador que a economia, para Raffard, “baseava-se em recursos e dados concretos de elevação do homem, abrindo-lhe perspectivas para o enriquecimento de suas possibilidades de trabalho vinculadas à produção, para o seu bem-estar e para sua felicidade terrena”. Uma boa lição para muitos economistas que lidam com números, mas esquecem o homem...

Não foi só sobre problemas econômicos que escreveu Raffard. Fez várias observações de ordem cultural. Entre as figuras que mais destacou e compreendeu aparece o pintor ituano José Ferraz de Almeida Júnior. O imortal artista estava no auge de sua produção. Logo nas primeiras páginas, ao tratar do antigo Largo da Sé e a velha igreja então catedral, anota: “admirei as belas pinturas de Almeida Júnior nos forros internos: a da capela-mór representa Nossa Senhora e a do corpo (nave) a conversão do padroeiro São Paulo”. Pena que tais pinturas se perderam com a demolição da igreja em 1911. No Museu Paulista (Ipiranga) existe uma tela “Conversão de São Paulo” e outra na Matriz de Itu, “Apóstolo São Paulo”, ambas de Almeida Júnior. Quase no final de **Alguns dias na Paulicéia**, Raffard reserva uma página a Almeida Júnior, que ele trata carinhosamente de Almeidinha. Para não perder o sabor original, transcrevo na íntegra, acrescentando no final algumas notas explicativas:

“Encontrei o Almeidinha no seu ateliê na rua do Marechal Deodoro, anteriormente rua do Imperador.¹ Afí tornei a ver os interessantes estudos que o amigo trouxe de Paris², há uns sete anos, e outros novos como o esboço do **plafond** que pintou no **petit chateau** da Exma. Sra. Da. Veridiana,³ esboços dos trabalhos que executou na Sé,⁴ estando quase terminada uma cópia reduzida da sua alegórica pintura da capela-mór - a elevação de Nossa Senhora.

(1) A rua Marechal Deodoro ficava ao lado direito da atual Catedral da Sé e desapareceu com as demolições de seus prédios para o alargamento da Praça da Sé.

(2) Almeida Júnior ganhou do Imperador D. Pedro II uma bolsa para concluir seus estudos na Europa. O pintor seguiu em 1876, ingressando na Escola Superior de Belas Artes de Paris, e participou em 1879, 80, 81 e 82 do famoso “Salon” de Paris. Neste último ano regressou ao Brasil e expôs na Academia Imperial os trabalhos realizados em Paris.

(3) Dona Veridiana Prado nasceu em 1826, filha de Antônio da Silva Prado, Barão de Iguape e de Dona Maria Cândida de Moura Leite. Casou-se com seu tio Martinho da Silva Prado, deixando uma descendência de seis filhos, 36 netos e 6 bisnetos. Residiu nas proximidades da Igreja da Consolação, onde seu pai era proprietário de uma chácara. Depois passou para a chácara do bairro de Higienópolis, residindo no chateau referido no texto de Raffard. Tratava-se um prédio majestoso, de estilo Renascença, construído com material importado da Europa.

(4) Antiga Igreja da Sé, de estilo colonial, situada nas proximidades do início da atual Rua 15 de Novembro.

Apreciei muito uma boa tela de um dos discípulos do Almeida (Ferraz de Almeida Júnior, de Itu) que a retocou para que saísse boa essa cópia de sua importante composição **Caipiras negaceando**⁵; que atualmente está abrilhantando a Exposição da Academia das Belas-Artes do Rio de Janeiro.

São três caçadores caipiras na espreita, dentro do mato: um deles, em segundo plano, atrás de uma árvore, apenas deixa ver a cabeça; os outros dois estão no primeiro plano, magníficos de verdade, cheios de vida e com o semblante astucioso de quem negaceia - o mais moço, de chapéu na cabeça e meio ajoelhado, está prestes a fazer fogo sobre a primeira vítima que lhe aparecer, o velho com sua camisa aberta, deixando ver o inseparável bentinho, é a figura que me agradou mais.

Notei, entretanto, que a espingarda deste último tem uma coronha um tanto fora das proporções convenientes, e sabendo que foi fielmente copiada do natural, devo concluir que o veterano caçador já fizera reformar a sua arma, tendo sido encarregado do respectivo trabalho algum curioso.

Encontrando o esboço do retrato do ilustre finado Dr. Tibiriçá,⁶ submeti ao autor algumas observações sobre o seu quadro exposto na entrada do ateliê fotográfico dos Srs. I. Vollsack & Cia, e representando o desembargador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.⁷

Tendo o artista de ir examinar o adiantamento da casa que mandou construir na rua de Glória,⁸ com salas especialmente dispostas para as exigências da arte, despedi-me dele”.

(5) **Caipiras negaceando**, óleo sobre tela 2,81 x 2,15, 1988, original no Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Existe reprodução na Pinacoteca do Estado. O quadro foi premiado com medalha de ouro na Exposição Internacional de Chicago, em 1988.

(6) Não aparece entre as obras de Almeida Júnior que permaneceram. Trata-se, provavelmente, de João Tibiriçá Piratininga, ilustre prócer republicano, falecido em Paris em 1988 e sepultado em Itu. Calcula-se entre 250 a 300 o número de telas do pintor, a maioria de retratos.

(7) Visconde de Sepetiva (1800-1855), foi presidente das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro e Ministro do Império.

(8) Nas proximidades do antigo Largo São Paulo, depois Praça Almeida Júnior, desaparecida com a construção da Radial Leste.

EUGÊNIO WARMING, UM PIONEIRO DA ECOLOGIA

Nogueira MOUTINHO
(1933-1991)

Neste tempo em que a Ecologia se transformou numa das mais graves preocupações do homem, em escala planetária, já que a devastação criminosa na flora e da fauna ameaça transformar o globo em funéreo deserto, não será demais lembrar a existência, intimamente ligada ao Brasil, de um dos pais da Ecologia, o dinamarquês Eugênio Warming, cuja obra principal - **Lagoa Santa: contribuição para a geografia fitobiológica**, publicada em Copenhague em 1892, constitui uma das bíblias universais na área dos estudos científicos sobre a vegetação.

Esse clássico da Botânica traduzindo do dinamarquês por Albert Loefgren, botânico sueco que viveu muitos anos entre nós, e editado em Belo Horizonte pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em 1908, se transformara há muito em raridade bibliográfica. Para torná-lo novamente acessível, a Editora da Universidade de São Paulo lançou em 1973, através da Livraria Itatiaia, de Belo Horizonte, uma edição fac-similar do texto de Warming-Loefgren, acompanhada de **A Vegetação dos Cerrados Brasileiros**, do grande mestre de Botânica, o paulista Mário G. Ferri, que atualiza e amplia o trabalho elaborado em fins do século XIX pelo admirável cientista dinamarquês. Trata-se, portanto, de insubstituível contribuição da cultura brasileira e um dos temas mais cruciais vividos pelo homem no século XX, tema sobre o qual tem corrido verdadeiros oceanos de tinta: a aniquilação da natureza, o fantasma da poluição atmosférica e biológica. É evidente que quando Warming escreveu sua obra os monstros predatórios ainda não se haviam desencadeado, mesmo porque a produção industrial maciça, a superpopulação das metrópoles, o crescimento demográfico descontrolado não pareciam ameaçar o relativo bucolismo que os continentes civilizados ainda desfrutavam, Mas exatamente por esse motivo, pelo caráter pioneiro

e original de sua obra, é que Warming merece ser conhecido fora do estrito campo dos especialistas em Botânica e Fitoecologia.

Chegado ao Rio de Janeiro a 27 de abril de 1863, a convite do grande Peter Wilhelm Lund, seu compatriota, necessitado de assistente nas pesquisas paleontológicas efetuadas em Lagoa Santa, Eugênio Warming tinha na ocasião apenas 21 anos e recém-saíra da Universidade de Copenhague. Durante três anos permaneceu o jovem pesquisador em companhia de Lund, entregue a estudos sobre a natureza. São essas rigorosas descrições sobre a vegetação tropical com sua infinita riqueza de espécies que se encontram em sua obra sobre a Lagoa Santa, magnificamente definida por Loefgren como “a primeira tentativa para organizar a flora local de uma região determinada do grande território brasileiro. Seu mérito não consiste somente num colecionamento sistemático com enumeração de espécies conhecidas ou novas e não se limita a simples descrições fitográficas ou a uma distribuição geográfica; é infinitivamente maior, pois é, antes de tudo, o primeiro ensaio de estudos biológicos e fisiológicos, jamais feito no Brasil sobre as relações do manto vegetal com o clima, com o solo e com o próprio homem na sua ação transformadora sobre a natureza viva”.

O trabalho de Warming, todavia, precisou esperar muito tempo para que se atribuisse no Brasil adequada importância a suas conclusões. Na verdade foi somente após a fundação da Universidade de São Paulo que os estudos de Botânica, iniciados por Felix Rawitscher, fundador desse departamento científico entre nós, vieram como que exumar do esquecimento essa notável obra, tornando-a o marco inicial de pesquisas e trabalhos na área da Fitoecologia. É a esse movimento que se liga a memória de Mário G. Ferri, em cujo prefácio a obra de Warming recebe as honras reais a que fez jus. Teve ela, afirma o botânico de São Paulo, entre outros, o mérito de chamar a atenção do mundo científico sobre a interessante flora da vegetação do cerrado, cujos diversos tipos ocupam cerca de dois milhões de quilômetros quadrados da superfície do Brasil.

A vinda de Warming a nosso país trouxe, portanto, vantagens em nível universal aos estudos fitoecológicos, de que ele, sem dúvida, constitui venerável patriarca, embora seu nome sequer venha mencionado nos verbetes das enciclopédias nativas. Constitui ainda motivo suplementar de gratidão nossa à figura admirável de Peter Wilhelm Lund, que o chamara a colaborar, e cuja personalidade continua esperando, no Brasil, estudo definitivo.

“LAMPIÃO”, A INDOMÁVEL FERA DO SERTÃO

José Romero Araújo CARDOSO

Nada se compara ao drama que assolou o sertão nordestino através das ações dos bandos de cangaceiros liderados pelo gênio guerrilheiro de Lampião, que, durante mais de vinte anos, semeou a morte e o terror por onde passava. Somente as secas possuem um poder de destruição comparável à torpeza dos gestos ignominiosos praticados por ele e seus cabras.

Há algum tempo, um estudioso de nossa cultura popular, W. Solha, escreveu interessante artigo em que a apologia ao rei do cangaço perfilou linhas do seu texto, intitulado “Se Cristo foi a luz do mundo, Virgulino foi o Lampião”. Lampião não possuía comportamento “revolucionário” e contestatório, com nuances de uma consciência de classes, que lhe atribuem os novos Historiadores, que tentam, através da persuasão retórica, fazer acreditar que suas ações eram em pró de uma causa justa, esquecendo quase por completo as atrocidades sem contas que ele cometeu em sua vida atribulada.

Outro erro crasso, que a História há de corrigir, refere-se aos apelos feitos em pró de uma consciência racial que esse cangaceiro não possuía. Há pouco, um amigo de Natal me enviou alguns artigos e um folheto sobre a “Semana do Cangaço”, comemorada na capital potiguar, onde se afirmou em letras garrafais que Lampião lutava por um objetivo democrático, não “alisando brancos” e tratando seus irmãos mestiços e negros com “harmonia”. Se isso tivesse ocorrido, como é que ele ia ter onde se homiziar e se abastecer, se eram os “brancos” que o sustentavam com todos os recursos que à época lhes asseguravam? Se examinarmos alguns capítulos da História do cangaceirismo no Nordeste, sob o domínio de Lampião, veremos que ele tem à sua disposição uma verdadeira máquina privada de subsídio ao crime e ao banditismo, tendo destaque, entre esses esquemas, a verdadeira rede de valhacoutos que se formaram no eixo Bahia-Ceará, tendo em Pernambuco um centro avançado nos subterfúgios do poder político que assitia Lampião em seus propósitos desenfreados de ganhar a vida a custa das

vidas de outros seres humanos. O coiteiro foi uma figura chave no “sucesso” do cangaço a ponto de antigos combatentes das hostes lampiônicas não ousarem declinar os nomes dos que contribuíam para o ocaso de um povo forte que se deturpava em uma luta sem quartel. Dadá, a famosa guerrilheira-esposa do mais famigerado chefe de subgrupo e lugar-tenente de Lampião, que atendia pela alcunha de “Corisco” ou o diabo loiro, foi pressionada à exaustão por pesquisadores do assunto e nunca falou quem eram as famílias que os abasteciam e negociavam com os cangaceiros, embora se saiba que Lampião contava com o beneplácito do capitão-médico Eronildes de Carvalho, filho do poderoso Antônio Caixeiro, homem forte do município de Garuru e das ribeiras do São Francisco sergipano.

No nordeste inteiro, Lampião só não contava com protetores no Maranhão e no Piauí, onde nunca pisou os pés, mas, nos outros Estados sua influência perante os que faziam a oligarquia dominante era bastante destacada, principalmente no Ceará, onde seus coiteiros eram fortes e politicamente decidiram eleições. No cariri Cearense havia uma verdadeira rede de coiteiros em cada município, sendo que foi de Missão Velha e Auroque que partiu a idéia de se assaltar Mossoró, tendo Lampião consumado o seu ato tresloucado a 13 de junho de 1927, ocasionando a perda da invencibilidade do cangaceiro, pois a resistência de Mossoró assombrou àquelas feras humanas, tendo ainda assombrado com muito mais rigor o homem que planejou a investida de Lampião à segunda cidade Potiguar: “Coronel”, Isafas Arruda, considerado um dos mais dedicados protetores de cangaceiros e pistoleiros em todos os tempos, fazendo uma espécie de triângulo da impunidade e proteção a bandidos com Antônio de Piçarra, de Brejo Santo e Chico Chicote, da fazenda Guaribas, também da mesma cidade cearense.

A personalidade enigmática de Virgulino Ferreira da Silva ainda está para ser minuciosamente analisada, pois os atos repugnantes cometidos no período que assumiu a liderança do cangaço após a saída de Sinhô Pereira e Luiz Pader para Goiás, só encontram uma vaga sombra através das ações do terrível Cabeleira, (que foi romanceado por Franklin Távora).

Segundo o ex-diretor do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e profundo conhecedor do tema cangaço, Dr. Estácio de Lima, o cangaceiro Lampião seria bandido até em um convento, pois sua personalidade estava adulterada desde o nascimento. Isso é discutível, pois o Dr. Estácio Lima era profundamente influenciado por idéias em voga na época, como as teorias lombrosianas e a “propensão natural” ao banditismo, que, segundo os

defensores dessa corrente, os homens vêm com uma tendência genética ao mundo, irrefreavelmente condicionados pela mistura étnica de “raças inferiores”.

Lampião era produto de três raças, assim como a maioria dos sertanejos, mas há fatores importantíssimos a se discutir que foram desprezados pelos estudiosos do fenômeno do cangaço. A mistura racial não condiciona em hipótese alguma o banditismo. O condicionante reside na forma anacrônica e injusta que a sociedade nordestina se configurou e se manteve quase inalterada durante séculos, tendo se intensificado os problemas após a “abolição” da escravatura, e a não permissão da classe dominante, através da lei de terras, aprovada em 1852, do acesso à terra aos que nela pretendiam cultivar. Isso foi uma causa importante para o sucesso do cangaço no nordeste e a Virgulino só coube a tarefa de conduzir em seus propósitos àquela massa de manobra que nem sabiam porque matavam e com que objetivo suas energias eram canalizadas em uma luta sem tréguas pelos adustos caminhos das caatingas do sertão.

Quando a fatídica madrugada do dia 28 de julho de 1930 atingiu, irremediavelmente, o cangaço, o seu chefe, sua companheira de jornadas ininterrupta durante oito longos anos e mais nove companheiros de batalhas titânicas, era o burguês bem sucedido e rico que jazia sob os escombros do seu acampamento rústico e bem instalado sob o alto da colina de Angicos, em Sergipe.

Requintou-se a um ponto tal, que não dispensava, durante as reuniões com os camaradas de cangaço do seu estado-maior, o whiskey “White Horse”, o perfume “Fleur d’amour” e o conhaque “Macieira”, que, se tornaram símbolo do seu “sucesso” na “arte” de matar e pilhar. As balas da volante do então tenente João Bezerra, da força pública alagoana, apenas colocaram um ponto final no leão manso que era aquele chefe de guerrilhas cangaceiras, se comparado aos velhos “tempos de glória”, quando era considerado o “governador do sertão” e chegou a propor ao governador de Pernambuco a partilha do Estado, ficando ele com a administração da porção deste, após Arcoverde.

Lampião foi produto de uma época de injustiças e violências constantes, sua luta foi inglória porque ele não soube, e nem lhe interessava, canalizar seu potencial a fim de se construir algo que pudesse colocá-lo no panteão da história das lutas de um povo subjugado e massacrado pelas intempéries e pelo poder econômico desde tempos imemoráveis da nossa formação sócio-econômica.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Bastos, Wilson Lima - Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Segunda edição. Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1991. 326 p.

Há mais de trinta anos, o autor publicou a primeira edição de sua biografia de Mariano Procópio, substancial trabalho, pondo em relevo a figura do grande empreendedor a quem tanto deve a cidade de Juiz de Fora. Ao revê-lo para essa nova edição, precisou quase escrever novo livro, tantos os elementos que julgou necessário acrescentar. Elementos que, informa o autor, advieram de novas pesquisas feitas no Museu Mariano Procópio, agora em condições de oferecer aos pesquisadores melhores condições de trabalho e maior riqueza de documentação. “Abriram-se, então, novos horizontes às pesquisas e análises, estimulando a outras preocupações e estudos, não apenas da pessoa, em si, de Mariano Procópio, como de diversos aspectos da Estrada de Rodagem “União e Indústria” e da Estrada de Ferro “D. Pedro”, assim como toda uma problemática política, econômica social de cultural da segunda metade do século XIX e início do findante século XX”. Constitui, pois, esse volume, mais um trabalho do autor ao esclarecimento e enriquecimento da historiografia juiz-forana. Aliás, vêm de longe as preocupações de Wilson Lima Bastos em estudar e biografar personalidades às quais sua cidade deve incalculáveis benefícios: Halfeld, Batista de Oliveira, Mariano Procópio, em livros, e numerosos outros em artigos de jornal, que, um dia talvez possam ser transformados em livros, como os barões de Santa Helena e de Juiz de Fora, Manuel Honório, Paula Lima, Nogueira Penido, o dr. Romualdo e tantos outros, nomes que a cidade reverencia em placas de ruas, mas que as modernas gerações desconhecem. Os últimos capítulos do volume são consagrados à descendência de Mariano Procópio e ao Museu que tem o seu nome, criação de seu filho Alfredo Ferreira Lage, que o doou à cidade. ONM (Cortesia do autor).

Bastos, Wilson de Lina - Caminho Novo: Juiz de Fora. Juiz de Fora, Editora Paraibuna, 1993. 96p

Já tendo consagrado um livro ao estudo das comunicações da região de Juiz de Fora com o Rio de Janeiro (1974), entendeu agora o historiador, sociólogo e folclorista juiz-forano de mostrar o chamado "Caminho Novo" nas imagens de muitos que o percorreram no passado, desde Antonil, o primeiro a descrevê-lo, até Agassiz, que viajou já pela "União e Indústria" e foi o primeiro a descrevê-la em páginas memoráveis. Entre um e outro, Eschwege, Mawe, Luccock, Pohl, Saint-Hilaire, Langsdorff, Bumbury, Burmeister e Burton, complementando com o Brigadeiro Cunha Matos e com notas relativas à viagem de D. Pedro I e Dona Amélia, em 1830/31. Permitimo-nos transcrever a "orelha" da capa, pois nela há informações de muito interesse: "Com o presente trabalho, espera-se o acerto em algumas controvérsias sobre os primórdios do povoado, da capela e do "Morro da Boiada" pontos que deram início à comunidade de Santo Antônio do Paraibuna, posteriormente Juiz de Fora. Precioso é o documentário resultante das crônicas e registros de viagem dos ilustres cientistas viajantes que pela região passaram, desde os primeiros anos do século XVIII e o roteiro da viagem do imperador D. Pedro I. Neles estão evidenciados, com precisão, os locais acima referidos. São fontes primárias do mais alto valor. Além disso, releva de circunstâncias para os estudiosos da geologia, da mineralogia, botânica, climatologia, tanto quanto da história, da economia, etc., as descrições e observações em diversas circunstâncias, que são preciosas informações para novos segmentos. Outro ponto que não pode passar despercebido é a linha de coerência observada nos diversos relatos, em que se não vê contraposição mas, sim, confirmação; alguns cientistas mencionando e apoiando observações de outros que os antecederam. Dignos de especial menção, merecem citados, aqui, Eschwege, Pohl, Saint-Hilaire e o Brigadeiro Cunha Matos, em pleno Caminho Novo, pela minuciosidade de seus registros, precisamente no tocante ao interesse do presente trabalho. Além disso, são judiciosas as manifestações de Saint-Hilaire sobre a economia mineira face aos impositivos da Coroa e a conversa que manteve com um escravo de origem africana, seguida de tão significativo comentário. O que se deseja, com segurança e a certeza moral de novas conquistas, é que esse desprezioso livro sirva de base para pesquisas e desdobramentos nos vários setores que precisam, a nosso ver urgentemente, ser examinados e analisados com real interesse. O Barão de Eschwege

faz um circunstanciado relato da constituição geológica da região, a reclamar agora que especialistas se disponham a atualizados estudos com auxílio de novidades tecnológicas, o que certamente será para Juiz de Fora um notável impulso para o seu maior desenvolvimento”. (Cortesia do autor).

Bastos, Wilson Lima - Perenidade da civilização grega. Juiz de Fora Edições Paraibuna, 1992. 70p

“Contam-se, hoje, dois milênios e cinco séculos do apogeu da civilização grega. É um passado que ainda está bem vivo na trajetória do pensamento humano e nas ruínas, que são verdadeiros sinais ou relíquias das notáveis obras materiais de esplendor artístico. Foi lá que se iniciaram as conquistas do pensamento humano, na linha da abstração intelectual, na investigação do mistério. De modo lento mas com projeções admiráveis, a partir de Tales de Mileto até os três grandes (Sócrates, Platão e Aristóteles), os filósofos passaram de um a outro as suas indagações até o momento em que se conseguiu chegar ao pensamento lógico, com a determinação do método. Os três elementos fundamentais e característicos da ciência - o objeto de estudo, o universo e o método - estão visíveis na pregação de Sócrates e nas obras de Platão e Aristóteles, os três grandes filósofos do mundo ocidental anterior a Cristo, que continuam pontos de partida para grandes conquistas do mundo moderno-contemporâneo. Não adianta querer o estudioso de nossos dias renegar o passado e encher-se da empáfia de sua vaidade e de seu conhecimento científico porque, sem as projeções intelectuais da era dos filósofos gregos, ainda hoje, possivelmente, estaríamos engatinhando. Depois deles, muita água passou embaixo da ponte e deles partiram, com acordos e divergências, novos sistemas e posicionamentos, como estamos agora a assistir no tablado filosófico dos nossos dias, agitando o mundo em diversos setores de suas atividades. Há necessidade, a nosso ver urgente, de se voltar a inteligência humana ao exame, estudo e análise dos sistemas filosóficos antigos para uma reflexão em profundidade e uma tomada de consciência para o futuro do pensamento, da ciência e da civilização” (Da apresentação). (Cortesia do autor).

Evolução urbana da cidade de São Paulo, vol. I, 1872-1945. Coord. de Maria Lúcia Perrone Passos. São Paulo, Eletropaulo, 1989. 209p.

A iniciativa da Eletropaulo promovendo a publicação de estudos sobre o desenvolvimento da cidade de São Paulo é realmente digna dos

maiores encômios. Desempenhando uma atividade que acompanhou de perto o crescimento da capital, pode-se considerar credenciada a trabalhos culturais da envergadura do que planejou e cujo primeiro volume já se acha publicado. Com o título geral **Evolução urbana da cidade de São Paulo**, deverá compreender dois volumes, o primeiro, já publicado, tratando da “estrutura de de uma cidade industrial”, abrangendo o período de 1872 a 1945, e o segundo, que se intitulará “Da cidade industrial à metrópole do terceiro mundo” completará a periodização até os nossos dias. A explicação é clara: “Adotamos os anos de 1872 e 1945 como marcos cronológicos desta primeira etapa do projeto, começando pelo período em que João Teodoro assume a presidência da província (a cidade, àquela altura, era administrada pelo presidente da província juntamente com a Câmara), já próximo ao fim do Império, estendendo-nos ao longo das décadas seguintes até chegarmos à gestão de Prestes Maia (1938-1945), que termina quando tem fim a ditadura Vargas”. Coordenado por Maria Lúcia Perrone Passos, historiadora da escola uspiana e encarregada do Departamento do Patrimônio histórico da Eletropaulo, o livro contou a colaboração de Aroldo de Azevedo (Geografia humana), Cândido Malta Campos Filho (Espaço urbano), Flávio Azevedo Marques de Saes (Economia), Janice Teodoro da Silva (A questão urbana), Maria Luíza Marcílio (Demografia, Murilo Marx (Arquitetura), completamento com excelente bibliografia e indicação dos arquivos pesquisadores. É com o maior interesse que aguardamos o segundo volume. (Cortesia da Eletropaulo).

Salvador, José Gonçalves - Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro, 1695-1755: relações com a Inglaterra. São Paulo, Pioneira/São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992. XX + 197p

José Gonçalves Salvador vem há muito se preocupando com tema Cristãos-novos. Quatro importantes livros granjearam-lhe sólida e merecida reputação entre os interessados em nossa História. Nesse novo volume abordou o tema alusivo à presença de cristãos-novos nas atividades mineradoras nas Minas Gerais, de fins do século XVII até meados do XVIII. “Além do enfoque centralizado nas Minas Gerais - diz uma nota da editora - a obra procura traçar o relacionamento com a metrópole e com a Inglaterra, em virtude da interdependência existente desde há séculos entre as duas nações. Até que ponto os minérios do Brasil foram encaminhados, assim, para a Grã-Bretanha e qual foi o papel desempenhado pela ‘gente da nação hebréia’ na época, envolvendo

as três áreas?” Elaborado com o mesmo critério, a mesma seriedade e, sobretudo, com o embasamento documental que assinalaram seus outros livros, pode-se dizer que esse abre novas perspectivas e ajuda a compreender aspectos aparentemente obscuros do processo histórico que caracterizou o chamado “ciclo do ouro”, especialmente nas suas relações com a Europa, no caso mais precisamente a Inglaterra. Que não foi fácil ao autor percorrer os meandros que o levaram a poder afirmar certas proposições, é fácil de perceber-se e ele próprio o relata nas suas andanças arquivísticas: “Essas questões todas nos moveram a examinar as fontes escritas e as manuscritas jazentas na Mãe-Pátria à procura de esclarecimentos a respeito. Pelo que nossas pesquisas se concentraram inicialmente nos arquivos da Casa da Moeda, em Lisboa, pouco visitada por economistas e historiadores brasileiros, e então, a seguir, recorremos aos Reservados da Biblioteca Nacional (em particular a Coleção Pombalina), aos arquivos da Torre do Tombo, e aos não menos célebres Ultramariano, Palácio da Ajuda e Alfândega Geral. Consumimos horas preciosas a verificar também certos documentos pertinentes ao Tribunal do Santo Ofício, como outros da Junta do Comércio e do Ministério dos Negócios Estrangeiros; as obras peculiares às chancelarias Reais de D. João IV a D. José I. Não nos esquecemos de autores portugueses, antigos, contemporâneos (século XVIII) e atuais. Foram-nos interessantes os escritos de José da Cunha Brochado, do Conde de Oeiras (Pombal), de D. Luís da Cunha e de Alexandre de Gusmão, dentre outros. Úteis, igualmente, os de visitantes franceses a Portugal nessa mesma fase, e as obras de ingleses como A. D. Francis, Chapman, Boxer e tantos mais”. E depois de tudo isso conclui Salvador ter prestado “mais uma contribuição à História do Brasil”! Grande contribuição, é o caso de se afirmar. O tema foi-lhe sugerido por José Honório Rodrigues no prefácio a um dos seus livros anteriores. Daí a homenagem ao saudoso historiador com que conclui o prefácio. Temas dos livros: “Os Cristãos-Novos e os descobrimentos mineralógicos”; “Os Cristãos-Novos e a ocupação do solo mineiro”; “Os Cristãos-Novos e a economia interna das Minas Gerais”; “Relações das Minas com o exterior”; “A mão-de-obra nas minas do Brasil”; “Ouro e diamantes do Brasil: relações com a Inglaterra”; “O relacionamento entre Minas e o Rio de Janeiro”; “A ação do Santo Ofício no Rio de Janeiro e nas Minas”. Numerosos “anexos”, porém, intercalados no texto, apresentam documentos e esquemas dos caminhos e das áreas de mineração”. (Cortesia do autor)

PERIÓDICOS

Estudos Ibero-Americanos, vol. XVIII, nº 2. Departamento de História da Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. **Sumário:** As reformas pombalinas e a educação no Brasil: seu impacto, sobre a colônia (Francisco José Calazans Falcón); Por uma poética no sincretismo tropical (Léa Freitas Perez); Pesquisa arqueológica inicial de Palmares (Charles E. Orser, Jr/Pedro Paulo Funari); Arqueologia histórica: ejemplos para el analisis de la interdisciplinarietà en el Uruguay (Nelsys Fusco Zambetogliria); Missões jesuítas coloniais (Paula Caleff Giorgis); Reconhecimento da república brasileira pela Rússia: alguns aspectos. (Sandra M. L. Brancato); Contribuições à história diplomática do Brasil: Pandiá Calógeras, ou o Clausewitz da política externa (Paulo Roberto de Almeida).

Estudos Ibero-Americanos, vol. XIX, nº 1. Departamento História da Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993. **Sumário:** Servindo aos indesejáveis: a dupla imagem de judeus no Brasil nos anos 30 (Jeff Lesser); Os limites do alinhamento: liberalismo, e econômico e interesse nacional, 1944-1951 (Paulo Roberto Almeida); Relações Brasil-Argentina: políticas exteriores na crise do Estado oligarquico (Helder Gordim da Silveira); Brasil e Argentina em 1908: efeitos da política armamentista na imprensa brasileira (Sandra M. L. Brancato); Dos navios para as fábricas: imigrantes romenos entre os operários ijulenses dos anos quarenta (Regina Weber); Biografias, Historiografias e "Review Essays" sobre a história da América Latina na literatura periódica, 1980-1989: análise e tendências (Ernesto Ruiz); critica bibliográfica.

Revista da, SBPH: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, nº 8, Curitiba, 1993. **Sumário.** Os grandes descobrimentos ibéricos e seu impacto na revisão da opinião europeia sobre o mundo (Karl Acham); A metodologia de administração e alienação dos bens confiscados à Companhia de Jesus, 1759-1761 (Jorge Couto); Contribuições napolitanas para a história da cultura brasileira no século XIX (Nello Avella); Nupcialidade na paróquia de São Pedro do Rio Grande (Maria Luiz B. de Queiroz); O índio na Revolução Farroupilha (Moacyr Flores); Do salão à oficina: a educação feminina para o espaço público (Etelvina Trindade); resenhas; noticiário.

Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 77. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. **Sumário:** Marcos teóricos sobre o poder constituinte de reforma (Simone Maria Lopes Cançado Diniz) A reforma constitucional (Carlos Galiza); Depois do Impeachment” (Paulo Brossard); Processo de “Impeachment do presidente dos Estados- Unidos, Andrew Johnson (Leda Boechat Rodrigues); O mito do intelectual niilista (Vamireh Chacon); A República para Bodin (Alberto Ribeiro de Barros); Índice cumulativo de autores e títulos, 1956/1992 (Iris Eliete Tavares).

Ágora, nº 18. Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, dezembro de 1993. **Sumário:** A instrução pública catarinense através do regulamento para a instrução primária (Maria Regina Boppré); Gustavo Richard: um banqueiro? (Sérgio Schmitz); Mestre Afonso de Taunay (Odilon Nogueira Matos); Títulos para os príncipes (Rui Vieira da Cunha); Gustave Luiz Lebon (Antônio Roberto Nascimento).

MEMÓRIA CAMPINEIRA (49)

O "CULTO À CIÊNCIA" DESCRITO POR CAMPOS SALES

(conservada a ortografia original)

CULTO Á SCIENCIA. Assim se denomina um importante associação fundada no florescente municipio de Campinas pelo esforço exclusivo da iniciativa particular. Seu grandioso fim é a **instrução**.

No anno de 1869 a generosa idéa foi levantada pelo intelligente agricultor sr. Antonio Pompêo de Camargo, um d'estes raros caracteres, destinado pelo conjuncto dos mais raros attributos a personalisar o tipo moral de uma época na terra que lhe serviu de berço.

Sob tão valioso e sympathico patrocínio, este pensamento, já de si recommendavel ao mais franco acolhimento, não podia de certo deixar de germinar e produzir seus beneficos fructos no seio de uma população como a de Campinas, onde os espiritos estão affeitos a supprir por esforços propios as lacunas que vão ficando abertas pela inercia official.

De facto, a 9 de Novembro do mesmo anno a nova sociedade já organisada entrava em acção. Tendo então um capital realisado sufficiente para os primeiros entendimentos, foi realisada n'aquella data pela quantia de 10:000\$000 a compra de uma chacara, cujas condições especiaes adaptavam-se vantajosamente aos fins que se tinha em vista.

Foi ahi que mais tarde levantou-se o grande edificio, em que hoje funciona o collegio CULTO Á SCIENCIA.

N'essa época, porém, a nascente sociedade foi obrigada a interromper, por algum tempo, a sua marcha não porque arrefecesse o ardor dos associados, mas em virtude das circumstancias que a esse tempo sobrevieram acarretando á lavoura do paiz certo desanimo, que não podia

deixar de levar sua benéfica influencia ao seio de um municipio, que tem todas as suas esperanças firmadas sobre a prosperidade desta industria.

Em Janeiro de 1873, quando já estavam desvanecidos todos os receios, o sr. Joaquim Bonifacio do Amaral, que então era presidente da directoria, continuando os esforços do iniciador da idéa e sempre efficazmente secundado por elle, abraçando a causa da instrução com o desinteresse e dedicação com que costuma collocar-se á frente de todos os committimentos uteis, convocou de novo os associados e imprimiu á sociedade uma direcção tão salutar e tão benéfica, que para logo a idéa tornou-se uma realidade.

Os estatutos approvados por acto do governo provincial de 23 de Setembro de 1869 foram reformados em assembléa geral de 14 de Dezembro de 1873.

Nestas reformas que ainda hoje constituem a lei orgânica da associação, foram conservados os principios capitais:

Que o fim principal e unico da sociedade era facilitar a instrução primaria e secundaria, fundando e mantendo na cidade de Campinas um collegio para educação de alumnos do sexo masculino (art. 1.º);

Que os socios não tinham direito a lucro algum pecuniario, sob qualquer denominação, ficando os bens sociaes e seus rendimentos unica e exclusivamente destinados ao fim da instrução (art. 2.º);

Que no collegio fundado pela sociedade seriam admittidos gratuitamente alumnos pobres (art. 34);

Que no caso da dissolução da sociedade ficaria o seu patrimonio pertencendo á municipalidade de Campinas, que seria obrigada a aplicar os seus rendimentos á instrução (art. 61).

E foi á sombra destas instituições, cujo pensamento dominante era arrear toda e qualquer idéa de lucros pecuniarios, que se conseguiu reunir 126 socios subscrevendo uma somma, com a qual a sociedade pôde fundar um estabelecimento de ensino, em edificio proprio, especialmente construido para esse fim e com todos os misteres - na importancia de 73:197\$260 reis.

Foi ahi que a 12 de Janeiro de 1874 inaugurou-se com toda solenidade, sob os auspicios da associação, o collegio CULTO À SCIENCIA.

Neste estabelecimento são ensinadas todas as materias exigidas como preparatorios, para a matrícula nos cursos superiores de qualquer das academias do paiz.

Sobre o systema de ensino, a direcção interna e a profsciencia do corpo docente fallam mais eloquentemente do que quaesquer considerações ou resultados obtidos pelos alumnos, a franca acceitação por parte do publico, e, mais do que isso ainda, a justa recompensa que receberam os collegiaes sendo approvados nos primeiros exames a que foram submetidos na academia de S. Paulo em Novembro de 1875.

Os negocios da sociedade são administrados por uma directoria composta de cinco membros, e a direcção interna do collegio é confiada a um director remunerado pela sociedade. Nas relações da directoria com o director ficou estabelecida pelos estatutos a mais caudelosa harmonia, guardada entretanto a reciproca independencia e autonomia limitada somente pela esphera de suas attribuições claramente definidas.

Compõem actualmente a directoria os srs.:

Antonio Pompêo de Camargo, presidente.

Dr. Candido Ferreira da Silva Camargo, vice-presidente.

M. Ferraz de Campos Salles, secretário.

Bento Quirino dos Santos, tesoureiro.

Luiz Antonio de Pontes Barbosa.

Director do collegio, Dr. Francisco H. Moretz-Shon.

O collegio é custeado com o producto das suas proprias rendas, tiradas das pensões dos alumnos que não estiverem nas condições prescriptas pelo art. 34 dos estatutos já citados, isto é, que não forem reconhecidamente pobres (art. 36).

Desta salutar combinação resulta que aquelles que são favorecidos pelos meios pecuniarios, ao mesmo tempo que recebem a instrucção contribuem para que ella seja dada em partilha igual aos pobres, sem que entretanto tenham de soffrer o menor prejuizo nos seus interesses.

*

Duas circumstancias dignas de nota, o modo e o tempo, concorrem para tornar esta utilissima instituição um verdadeiro acontecimento, não só para o logar em que ella foi concebida e realizada, mas ainda para o ao paiz inteiro, que pela primeira vez viu levado ao cabo um commetimento desta ordem.

Em paizes mais adiantados e particularmente nos Estados-Unidos, já não é novo ver-se um homem consagrar grande parte de sua

fortuna, adquirida muitas vezes à custa de enormes sacrifícios, no perseverante trabalho de longos annos, á causa da instrução popular.

Os cidadãos d'aquelle maravihozo paiz, cujo extraordinario progresso em todos os ramos da actividade humana enche de justa admiração o mundo civilizado, quando querem para si um título de nobreza perduravel e capaz de perpetuar o seu nome na memoria das gerações futuras, em vez dos brazões de uma fidalguia ridicula e absurda, têm o bom senso de procurar antes gravar-o na fachada de um templo, que possa recolher o povo para ensinal-o a meditar e a raciocinar.

E quando acaso o esforço individual não basta para a realização de tão grande obra, congregam-se os elementos esparsos, as vontades isoladas se associam, e diante desta comunhão de forças desaparece o impossivel. E tudo isto se consegue pura e simplesmente pelo benefico influxo d'aquelle poderoso agente, que só actua sobre os povos verdadeiramente livres: a consciencia do dever.

N'aquella grande nação, repetimos, já não é uma novidade resplendente a realização de commettimentos desta ordem, embora sejam sempre recebidos pelo povo, que delles aufere os immediatos proveitos, com os mais entusiastícos applausos.

Mas entre nós, confessamol-o com profunda mágua, agora começa-se apenas a comprehender que só na escola é que se póde formar cidadãos uteis á patria.

A iniciativa individual que hoje vae offerecendo o salutar concurso de seus primeiros e por ora muito minguados esforços, até bem pouco tempo não sabia da perniciosa inacção em que jazia, senão impellida por um impulso estranho á propria deliberação, ou movida por um estimulo que nem sempre era só o desejo de facilitar a instrução a todas as classes da sociedade brasileira. É esta a verdade que está na consciencia publica.

Pois bem: foi ainda dentro deste periodo de indifferentismo, em que os capitaes affluíam somente para as emprezas lucrativas, que a população do importante municipio de Campinas, desprezando das vantagens pecuniarias e toda dedicada exclusivamente ao interessepublico, emprehendeu e organizou a sociedade CULTO Á SCIENCIA.

No anno de 1874 o ministerio do imperio fez reproduzir no **Diario Official** os estatutos desta sociedade e os enviou aos presidentes das provincias com uma circular, pela qual apresentava a iniciativa da população de Campinas como um modelo e um exemplo dignos de serem imitados.

Não conhecemos os resultados por ventura alcançados pelo governo com essa digna sem duvida do favor publico, mas o que sabemos ao certo, porque consta da respectiva correspondencia publicada, é que tanto os fuccionarios publicos como as influencias particulares dos diversos pontos do paiz se apressaram a reconhecer nesta organização um facto da mais subida importancia, digno a todos os respeitos de ser imitado por todos quantos sinceramente se interessam pela causa da instrucção.

Não é portanto sem motivo que consideramos a sociedade CULTO À SCIENCIA como um dos mais salientes que se ha dado no paiz em prol da educação. O cunho da suspeição que ainda pudesse desmerecer esta apreciação de nossa parte, desaparece inteiramente diante dessa justa sancção da opinião publica.

De ha muito que se não contestava a nossa superioridade na ordem dos progressos materiaes, e agora, depois de tantos commettimentos de um alcance tão significativo para a civilização dos povos, já se reconhece com justiça que aqui, na província de S. Paulo, a iniciativa particular, supprindo a acção governamental opéra grandes resultados na ordem moral tambem, utilizando os mais proficuos esforços no generoso intuito de espalhar a instrucção e levar a luz a todas as almas.

Mas muito resta ainda a fazer-se para que possamos levantar a tenda do trabalho e a descançar á sombra dos louros colhidos. O bem estar da geração futura requer novos e perseverantes esforços. Está descoberta a vereda, mas falta nos realizar a grande jornada que nos conduzirá á meta desejada. A instrucção é um meio; o fim é a liberdade. Campinas 1875.

(Almanach Litterario Paulista para o anno de 1876, publicado por José Maria Lisboa, Abilio Marques e J. Taques. I anno. S. Paulo, Typ. da Provincia de São Paulo, 1875, pp 177-181).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PREÇO DO AÇÚCAR, (Henrique MILET)

Sendo destinados à exportação cerca de 80 por cento do açúcar produzido nesta província, ao passo que não representam nos grandes mercados consumidores mais que diminuta fração do consumo total daquele gênero, resulta daí:

1º) Que nem a importância das nossas safras, nem os maiores ou menores gastos da nossa produção exercem influência sobre os preços gerais dos mercados reguladores.

2º) Que os ditos preços, sobre os quais nenhuma ação podemos ter, são os mesmos que regulam também as compras e vendas para o consumo interno.

3º) Que qualquer imposto sobre o açúcar exportado, sobre as transações a que dá lugar, as embarcações que têm de transportá-lo, qualquer acréscimo às despesas de embarque são pagos exclusivamente pelo produtor, sem que deles recaia a mais insignificante parte sobre o consumidor, quer estrangeiro quer nacional.

São verdades intuitivas, que não precisam demonstração, embora, sob a fé de teorias econômicas mal compreendidas e aplicadas sem o devido critério, e provavelmente por ter lido em algum livro de além-mar - que, por via de regra os impostos são pagos direta ou indiretamente pelo consumidor, houvesse quem se animasse a sustentar, na nossa Assembléia Legislativa provincial - que os direitos cobrados sobre o açúcar que exportamos são pagos pelo consumidor estrangeiro!

Tão esdrúxula e errônea asserção, talvez tenha contribuído para o restabelecimento parcial dos direitos provinciais suprimidos em 1875; contudo, o contrário é consequência tão direta e evidente do fato incontestável, que nenhuma ação temos sobre a determinação do preço geral, de que depende o local, que não insistirei a respeito; sendo aliás o meu fim tratar hoje do custo da produção do açúcar, tão-somente até a chegada do gênero em casa do armazenário, e com exclusão dos gastos subseqüentes, que concorrem com as oscilações devidas ao câmbio externo de nosso meio circulante inconversível, para motivar a diferença existente entre o preço geral dos mercados reguladores, e são geralmente avaliados em 25 por cento do valor do gênero exportado.

Mostrei, nos meus artigos sobre os Quebra-Quilos, que, com os atuais processos de cultura da cana e fabrico do açúcar, o custo da produção era tal nos nossos engenhos, que o geral dos agricultores produzia com prejuízo, todas as vezes que o preço do açúcar em rama, na praça do Recife, era inferior a Rs. 2\$200 por 15 quilos.

Para cálculos daquela ordem, é sabido que não regulam os resultados obtidos pelos produtores que se acham em circunstâncias mais favoráveis, e sim os que são alcançados pelo maior número dos agricultores e que, quando o gênero é destinado ao consumo local, servem de base a constituição do preço pelo qual tem de ser vendido. Portanto, no caso que figurei, de um senhor-de-engenho que dispõe de dez escravos e faz anualmente mil pães, metade da fazenda e metade de plantadores, devia achar receitas superiores e gastos inferiores aos que espera a maioria dos agricultores; pois a soma total do açúcar exportado, dividida pelo número dos engenhos, dá no quociente apenas 600 pães para cada um.

Devo acrescentar que os algarismos acrescentados por mim, quer no que toca à produção agrícola, quer acerca dos resultados do fabrico, excedem muito a média, que resulta de doze anos de prática, durante os quais notei escrupulosamente os dias de serviço gastos em cada um dos diversos misteres do engenho. Para aproximar-me mais da realidade, fora mister reduzi-los, e também aumentar a verba despesas gerais e eventuais, em ordem de fazer face aos prejuízos, infelizmente muito reais, que sofri com perda de gado e furtos de cavalos.

Como, entretanto, podiam estes ser atribuídos à minha pouca sorte, ou negligência dos meus empregados, à pequenez das safras, ao

cansaço das terras em que eu trabalhava, e a minha inexperiência, tomei por base não o que obtive, e sim o que devia conseguir, no dizer dos meus colegas, e raras vezes pude atingir.

(Milet, Henrique Augusto - *A lavoura da cana de açúcar*. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1989, pp. 26-28).

*

A VIDA NUMA ESTÂNCIA ARGENTINA (W. Mac Cann, 1853)

Na estância de M. Taylor havia 17 manadas e um de seus moradores possuía, pelo menos, dois mil cavalos de todas as idades. A proporção em que aumentam os cavalos é de trinta e três por cento ao ano; explica-se esse aumento extraordinário em razão de que o governo proíbe a matança de éguas porque necessita desses animais para remontar seus exércitos, formados principalmente por cavalaria. A infantaria exigida nos acantonamentos é muito escassa.

É difícil aclimatar uma manada quando se deixou seus campos nativos. Nestes casos é necessário rondá-la continuamente durante certo tempo, para evitar que as éguas fujam buscando sua querência. Ouvi falar de cavalos que, depois de dois e três anos de ausência, voltaram a seus campos nativos percorrendo uma distância de cem léguas.

A criação de mulas está muito desenvolvida também nesta região. M. Taylor possui um grande número delas e as exporta para o Rio de Janeiro, às Antilhas e para a ilha Maurícia. Essas mulas pagam cem pesos de papel cada uma, entre boas e más, mas postas a bordo, na Enseada ou Buenos Aires, para pagamento do frete, valem até um doblón. O procedimento de que se valem aqui para que as éguas criem mulas como criam seus potros, consiste em matar um potrinho, do qual tiram o couro; imediatamente envolvem com esse mesmo couro um burrinho da mesma idade, molham a cabeça e as patas com o sangue quente do potrinho e a égua se engana e o cria, adotando-o como seu. O burrinho se acostuma, por sua vez, à companhia das éguas e já não segue mais os animais de sua própria espécie.

A população é muito escassa e os crioulos são, geralmente, pouco inclinados as outras ocupações que não sejam os trabalhos próprios das estâncias. Vivem em seus ranchos e não dedicam um palmo de terreno a um jardim nem plantam hortaliças. Nunca cultivam a terra - sendo fertilíssima - porque seu alimento consiste exclusivamente em carne de vaca e de cordeiro. Não consomem tampouco pão, nem leite, nem verduras e raramente usam o sal. Têm por costume fazer o desjejum com mate e na realidade o bebem durante todo o dia. Por volta das onze da manhã comem carne e consomem o mesmo alimento à noite, uma hora depois de entrado o sol. Os recursos do país não se aproveitam, porque os habitantes são pouco industriosos. Assim, por exemplo, na casa onde eu me hospedava, mandavam lavar a roupa, semanalmente, num local distante seis léguas. Os salários parecem baixos, mas na realidade não o são, porque todo aquele que tem disposição para trabalhar pode economizar dinheiro e bastar-se a si mesmo em pouco tempo. Mas é difícil encontrar quem lhes cultive a terra, os dispostos a esse trabalho são os inúteis ou os imigrantes recém-chegados e pouco aptos para essas fainas.

Os peões e os pastores de ovelhas ganham mensalmente de cem por cento e cinqüenta pesos de papel, com mais seis libras de erva, certa quantidade de sal e carne de vaca e ovelha a vontade. O peão mora em seu rancho e, se tem mulher e filhos que o ajudem a cuidar das ovelhas, pode deixar sua casa para ganhar outra jornada por aí, o que significa diariamente um suplemento de vinte pesos. No trabalho por jornada quando se trata de ferrar, ou apartar o gado, o peão ganha de vinte a vinte e cinco pesos diários, mas deve servir-se de seus próprios cavalos e para trabalhos semelhantes se requerem dez ou doze animais. O trabalho é, na verdade, muito rude e não é de surpreender que, depois de uma faina dessa natureza num clima tão quente sobrevenha um período de folga. Os cavalos ficam exaustos e o pasto natural não é suficiente para restaurá-los depois de um esforço tão acentuado.

(Mac Cann, William - *Viaje a caballo por la República Argentina*, apud *A América Latina de colonização espanhola*, de Manoel Lelo Bellotto e Anna Martinez Corrêa, p 188-189. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1979).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA (1902-1983)

Nascido no Rio de Janeiro a 24 de agosto de 1902 e falecido em Niterói em 13 de janeiro de 1983, José Antônio Soares de Souza foi, na justa apreciação de Pedro Calmom, “o mais insigne historiador do antigo Estado do Rio de Janeiro e uma das mais autênticas e notáveis expressões da historiografia de nosso país”. Membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sua revista publicou numerosos trabalhos de pesquisa histórica, todos, tais como os seus livros, modelos de seriedade no tratamento dos assuntos que versou. E os assuntos que versou, na colaboração da revista do tradicional sodalício do Rio de Janeiro, foram, em grande parte, referentes ao seu Estado, com ênfase especial para os temas relacionados a Niterói e com a colonização européia nas regiões de Nova Friburgo e Petrópolis.

Esta era, na realidade a característica mestra de seus trabalhos, de pesquisa, como bem o observou Edno Rodrigues Lutterbach. “Para ele, o maior pecado de um historiador era não indicar, com precisão, as fontes de que se serviu para sua reconstituição histórica, ou omiti-las. Não basta o nome do historiador para se ter como autêntico aquilo que ele escreveu. É essencial proporcione aos leitores a possibilidade de confirmar o acerto ou desacerto do que afirma, em notas, indicando, com segurança, o livro, a edição (se tiver mais de uma) e página, o documento, o arquivo ou lugar em que se encontra, ou outra prova que justifique o escrito, como história”.

Nessa mesma linha, encontramos em o necrológio publicado na Revista do Instituto Histórico Brasileiro os seguintes conceitos: “De ascendência tão ilustre, ligada à vida social e política e à própria história do Império, José Antônio era homem simples, de hábitos modestos, sem alardes, mas dotado de autêntica superioridade de espírito. Sua conduta firme, proba, sua cordialidade e finura de trato, faziam-no admirado e querido pelos companheiros que mais convivência tinham com ele. Não era dos que freqüentavam a tribuna, mas com seu trabalho silencioso e assíduo,

honesto e persistente, talvez ninguém mais do que ele tivesse enriquecido as páginas de nossa secular *Revista*. Cultivou a História com seriedade, conduzindo-se com exemplar dignidade em seu relacionamento social, sereno nas decisões, humilde nas atitudes e equilibrado nos juízos”.

Com esta maneira de ser e de pensar, foi que produziu a vasta obra que nos deixou, em livros, na revista do Instituto Histórico e em publicações periódicas do Rio e de outras cidades. Três dos seus livros mereceram inclusão na prestigiosa coleção “*Brasiliana*”, da Companhia Editora Nacional, a saber, pela ordem de publicação:

A Vida do Visconde do Uruguai (vol. 243, de 1944);

Um Diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro (vol. 273, de 1952);

Honório Hermeto no Rio da Prata (vol. 297, de 1959).

Pelo Ministério das Relações Exteriores publicou **A Missão Belegarde no Paraguai**, três volumes, 1966/70, e colaborou na valiosa **História Geral da Civilização Brasileira**, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (Difel, São Paulo, 1962 e 1967) com dois capítulos sobre as relações do Brasil com o Prata até a época de Rosas.

Imensa e variada, já o dissemos, foi sua colaboração na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Durante mais de trinta anos, raro foi o volume da revista que não inserisse algum trabalho de sua lavra, e alguns bem extensos, verdadeiros livros, como os que publicou sobre Niterói (mais de 400 páginas) ou sobre a colonização alemã na antiga província fluminense ou, ainda, o que trata do Rio de Janeiro na balança de comércio com Portugal. Neste, referiu-se demoradamente aos depoimentos de dois viajantes franceses que na capital do Brasil estiveram em fins do século XVIII: o príncipe Charles-Othon de Nassau-Siegen e o médico e botânico Philibert Commerson, companheiros de Bougainville, dos quais Soares de Sousa foi o primeiro a divulgar excertos do que escreveram.

Tentaremos o arrolamento, talvez ainda não completo, do que publicou na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*:

A política do Brasil no Paraguai durante a ditadura de Francia.

Como se adquiriu a livraria de Pedro de Angelis, vol. 192, 1946.

O General Urquiza e o Brasil, vol. 206, 1950.

A Coleção Visconde do Rio Branco, vol. 208, 1950.

Vasconcelos e as caricaturas, vol. 210, 1951.

Don Antonio Cuyás y Sampere, vol. 214, 1952

Cidade do Salvador, dia de N. S. das Neves, vol. 215, 1952.

- Como escrevi "Um Diplomata do Império", vol. 216, 1952
- Documentação para uma tese sobre tráfico de escravos, vol. 219, 1953
- Açorianos na cidade do Salvador, vol. 219, 1953
- Cartas de Justiniano José da Rocha ao Visconde do Uruguai, vol. 220, 1953.
- À margem de uma história política, vol. 221, 1953
- A população de São Paulo em 1766 e 1772, vol. 223, 1954.
- Um caricaturista brasileiro no Rio da Prata, vol. 227, 1955.
- Don Frutuoso Rivera no Rio de Janeiro, vol. 231, 1956.
- Um brasileiro no Paraguai em 1849: Pedro de Alcântara Bellegarde, vol. 234, 1957.
- A receita e a despesa da Comarca do Rio de Janeiro, vol. 238, 1958.
- Cartas de D. Viçoso ao Visconde do Uruguai, vol. 242, 1959.
- Quilombo do Bacaxá, vol. 253, 1961.
- Os alemães do "Kumbaug Iatie", vol. 263, 1964
- A queda de Rosas, vol. 264, 1964
- Arnaud ou Arnaud Julien Pallière, vol. 279, 1969.
- A estrada da Serra do Couto, vol. 281, 1968.
- A Igreja de São Fidélis de Sigmaringa, vol. 286, 1970.
- Aspectos do comércio do Brasil e de Portugal no fim do século XVIII e começo do XIX, vol. 289, 1970.
- Vassouras e suas residências urbanas, vol. 290, 1971.
- Sarmiento em Petrópolis com D. Pedro II, vol. 291, 1971.
- José Borges, sua ida e seu diário, vol. 292, 1971.
- O Barão de Vila Bela e a história de uma família, vol. 294, 1972
- O efêmero quilombo de Pati do Alferes em 1838, vol. 295, 1972.
- Cartas do General Rosas no exílio, vol. 300, 1974.
- Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói, vols. 303 e 312, 1974 e 1976.
- Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo, vol. 310, 1976.
- Os escravos e a pena de morte no Império, vol. 313, 1977.
- A Batalha de Monte Caseros ou de Moróu, vol. 318, 1978.
- A Estrada da Serra da Estrela e os colonos alemães, vol. 322, 1979.
- O final do tráfico de escravos, vol. 323, 1979.
- A Província do Rio de Janeiro nas vésperas da abolição, vol. 324, 1979.
- As minas do Sertão de Macacu, vol. 326, 1980.
- Ainda os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo, vol. 329, 1980.
- O Rio de Janeiro nas balanças de comércio de Portugal, de 1796 a 1807, vol. 342, 1984.

SELETA*

URUGUAI, DE VOLTA AO BRASIL

José Antonio Soares de Souza

Depois de quase dois anos de ausência, o Visconde do Uruguai regressava ao Rio de Janeiro, no dia 7 de outubro de 1856. Aparentemente nada mudara: o ministério continuava o mesmo e a política que, com as eleições por círculo, se pretendia modificar, continuava a mesma. Os jornais noticiaram a chegada do Visconde de Uruguai, como de costume. Transcreveram mesmo as palavras de despedida que, em Paris, ele ouvira na última noite que passou na sua cidade natal, da boca do representante do Império. Não lhe faltaram também, ao chegar, amigos poetas que lhe dessem as boas vindas em verso.

Mas, se tudo isso era tão igual ao que se habituara - pois o homem que esteve no poder tantas vezes acabou por se habituar às homenagens e às lisonjas - se todas essas aparências eram ainda as mesmas, na realidade as transformações que se operaram foram profundas. O próprio Visconde do Uruguai voltava da Europa outro homem. As palavras que, meses atrás, escrevera a Paranhos eram verdadeiras: "Não sou mais homem de oposição. O tempo, a minha posição e alguma experiência mais que aqui tenho adquirido me tem dado mais juízo". Do Senhor Paulino, o batalhador de outros tempos, nada mais restava, nem a barba que, durante vinte anos, lhe contornara o rosto. Agora, o Sr. Paulino mais do que nunca o Visconde do Uruguai, de cabelos inteiramente brancos, barbeado como um pastor protestante e com 49 de idade, modificara-se muito: já era um homem de juízo.

Mas o que pensava da política esse homem de juízo? A política que, na aparência, continuava a mesma, modificara-se também bastante. O Marquês do Paraná morrera em 3 de setembro de 1853. E a morte do presidente do Conselho, nas condições em que se encontravam os partidos,

transformaria o cenário político do país, pois a conciliação, como fórmula política, só poderia subsistir amparada pela vontade do Marquês: ele desaparecendo, a conciliação, por sua vez, desapareceria.

A conciliação em si, não significa, em absoluto, apogeu político. Os partidos, quando renegam o seu passado, as suas lutas, as suas idéias - razão de ser de sua própria existência - demonstram o desânimo e a descrença e, na política, o ceticismo não é qualidade aconselhável. Para se fazer acreditar, o político necessita crer ou, ao menos, se persuadir de que crê, ainda que em um absurdo. Na política, como na religião, apenas os símbolos imperam. No dia em que estes já não têm mais força de evocar os ideais que pretendem representar, é que caducaram e necessitam de substituição por novos símbolos, de acordo com os ideais da época. Os partidos que se unem, pela conciliação, já não representam idéias e os símbolos que ainda usam já não significam mais nada, são fórmulas vazias. A conciliação foi, justamente, o primeiro sintoma de decadência dos partidos que apareceram em 37. Eles já não mais se adaptavam ao quadro político da época, pois, para as questões que dia a dia surgiam, era mister uma nova organização partidária. De 37 a 42, dos choques e das lutas de liberais e conservadores, saíram a reconstrução e a consolidação das instituições imperiais. Refeito das crises internas, unificado pela força do poder central que, de 44 em diante, tudo absorveu, entrou o país numa fase de novas lutas, em busca da fixidez de suas fronteiras. A luta, portanto, fora o fator principal da sua evolução, durante cerca de trinta anos. Agora, porém com a conciliação, desaparecera a luta e, com ela, a vida. Em política, a confusão e a fraqueza caracterizam esta fase de liquidação.

Enquanto Paraná vivia, impedira com a sua vontade obstinada e com o prestígio de seu nome que a confusão dos partidos, consequência inevitável, se verificasse. Também impedira o presidente do Conselho que a fraqueza do Governo aparecesse, ainda que a missão de Pedro Ferreira ao Paraguai, já a deixasse transparecer. Mas, morto Paraná, tudo mudou rapidamente. O ministério, composto de políticos notáveis pela habilidade e inteligência, e ainda que assumisse a presidência do Conselho o Marquês de Caxias, foi soterrado pela sua própria obra: no último dia de abril de 1857 caía, diante da nova legislatura, eleita pela lei de círculos.

A escolha do novo presidente do Conselho, na situação em que se encontravam os partidos, não era coisa fácil. Dos conservadores vermelhos, o único que se não incompatibilizara com a política da conciliação, era o Visconde do Uruguai que, dada a amizade que o unia a Paraná, até então nada dissera sobre a conciliação, como principal finalidade de uma organização

ministerial. A escolha de D. Pedro II recaiu assim no Visconde do Uruguai. Melhor do que o Imperador, que sempre concordara em seus bilhetes com as idéias do Senhor Paulino, poucos o conheciam. Sabia-o mais homem de estudo e de ação do que propriamente um chefe político partidário, com idéias arraigadas, ou dogmas políticos. Com o poder nas mãos, sempre encontrara Uruguai ocasião para a construção de uma obra acima das facções. Não era um político doutrinário que se cingisse a um credo absoluto, mesmo a sua principal característica no governo, a ação, não era suscetível de método verídico para todos os casos e ocasiões. A habilidade, em toda a sua vida, fora o único método seguido, em política, pelo Visconde do Uruguai. Talvez, agora, chamando-o, o Imperador pretendesse que a conciliação, depois de ter sido uma questão de força de vontade com Paraná, se transformasse numa questão de habilidade com o Uruguai.

(...) O Visconde do Uruguai, chamado ao Paço no dia 30 de abril, aí compareceu às 7 horas da noite, sendo então convidado pelo Imperador para organizar o novo ministério. De uma notícia publicada no **Anuário da Revista dos Dois Mundos**, a recusa fora motivada por discordar completamente da política de conciliação e isso depois de longas conferências com o Imperador. A conferência (e não conferências) entre D. Pedro II e o seu ex-chanceler devia ter sido rápida. A de Mofras, com quem Uruguai agora se correspondia com certa familiaridade, contava ele o seguinte: “J’ai été appelé au commencement du mois dernier par l’Empereur pour former un nouveau Ministère, et j’ai cru devoir décliner cet honneur, dans les circonstances actuelles.” As circunstâncias atuais, o mesmo motivo que em 1835 dera a Castro Silva, faziam rejeitar agora a presidência do Conselho. Já no dia 1º de maio, Paranhos comunicava ao Visconde: “O Marques de Olinda foi chamado para preencher a tarefa que V. Exa. declinou. Fique isto entre nós. O Marquês há de chegar amanhã de Petrópolis”.

Mas quais eram as circunstância que o impediam de voltar ao poder? Nesse particular a notícia do Anuário era exata. A conciliação que o Imperador sustentava, se não foi o inspirador, não era considerada por Uruguai como causa, mais sim como efeito do estado geral em que se achava o país. Um ano depois, na sessão de 28 de maio de 1858, ele dirá, no Senado, o seu pensamento sobre a política de conciliação, nestas palavras: “Começarei por declarar que nunca compreendi e ainda hoje não compreendo esta política. Creio que o governo, apregoando-a do modo pelo qual o faz, promete aquilo que não pode fazer, e atribui a si resultados que não são seus. Conciliar, creio eu, segundo a significação literária desta palavra, é fazer concordar pessoas divididas por interesses e opiniões. Há sempre na

sociedade interesses que não se pode fazer concordar; há sempre opiniões que não é possível homologar... Senhores, há na sociedade humana um ebulição constante que tende transformá-la. Não está no poder do Governo fazer a sociedade como ele entende; há de recebê-la tal qual ela é. O tempo altera e modifica tudo à roda de nós, modifica-nos também todos os dias; não pensamos hoje como pensávamos há anos; não temos hoje os mesmos interesses que nos moviam em épocas anteriores. O mesmo acontece aos partidos. É da deslocação desses interesses, da mudança das circunstâncias e opiniões, é do arrefecimento dos ódios e das paixões, é destas modificações que resulta uma nova disposição dos espíritos, a conciliação. A missão do Governo consiste em auxiliar, concorrer por todos os meios ao seu alcance para facilitar e encaminhar esse resultado, removendo os obstáculos, em lugar de os pôr, mais isto não é bandeira, não é política. É uma tendência, uma necessidade irresistível de certas épocas na sociedade”.

(A vida do Visconde de Uruguai, 567-572. São Paulo, Editora Nacional, 1944. Coleção “Brasília”, v. 243).

RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas)

265. "O BERÇO PODERÁ BALANÇAR"

No meu hábito, inveterado e salutar, de ouvir semanalmente a gravação integral de uma ópera, chegou a vez, há pouco, de uma curiosa obra do compositor norte-americano Marc Blitzstein (1905-1964), **The Cradle Will Rock**, cujo título, livremente traduzido por **O berço poderá balançar**, tomo para denominar esta nota com o objetivo de recordar autor pouco conhecido entre nós. Nem todas as histórias da música ou dicionários musicais o mencionam. Gilbert Chase, em seu precioso livro sobre a música nos Estados Unidos, significativamente traduzido por **Do Salmo ao Jazz** (edição de 1957 da antiga Editora Globo, de Porto Alegre), dedica-lhe uma pequena, mas expressiva nota, lembrando o seu papel de criador de um tipo de ópera de sentido social, com seus temas de luta de classes, capaz de corresponder em música ao que na literatura se fez na década de 1930-40.

Nascido em Filadélfia em 1905, deixou Blitzstein duas óperas dessa natureza. A primeira foi justamente **The Cradle Will Rock**, apresentada originalmente em forma de concerto em Nova York, em 1937 e, dez anos depois, levada à cena também em Nova York, na forma que o autor lhe deu. A segunda, foi **No far answer** (**Resposta negativa**), encenada em 1941. O mesmo Gilbert Chase acentuou bem o caráter delas: "À parte o conteúdo ideológico, essas óperas tiveram o mérito de enfrentar problemas atuais e na linguagem musical atual".

Blitzstein deixou outras obras, sendo a mais importante a ópera **Regina**, de 1939, e que continua, meio século depois, a ópera de compositor norte-americano mais representada, depois de **Porgy and Bess**, de Gershwin,

o que é significativo, pois, segundo ainda observa Chase, os americanos não apreciam muito as óperas de seus compositores, preferindo o repertório lírico italiano de Verdi, Donizetti, Puccini e outros.

A ação de **The Cradle Will Rock** se desenvolve em torno das lutas de operários metalúrgicos para a fundação de um sindicato, num local imaginário denominado "Steeltown" ("Cidade do Aço"), que pode ser identificada com qualquer cidade industrial americana. Seus esforços são contrariados pelos patrões e empresários poderosos da cidade. Mas a luta dos operários acaba sendo mais forte e o sindicato acaba sendo constituído. Atribui-se ao grande dramaturgo alemão Berthold Brecht a sugestão a Blitzstein para escrever essa ópera. O insigne regente (e também compositor) Leonard Bernstein foi o responsável pela encenação completa da peça. Não é ópera no estilo do repertório tradicional, onde o predomínio das árias chega a ser até abusivamente acentuado. Trata-se ópera mais de conjunto, com participação de muita gente em cena a traduzir perfeitamente a movimentação que os ajuntamentos operários ocasionam.

O título é simbólico. A situação criada nos Estados Unidos pela grande depressão de 1929 (época da ambientação da ópera) provocou movimentos sociais de mais variada natureza, pondo em risco a estabilidade da família e da sociedade americanas. Assim, os lares (tomados aqui como "berço", local de paz e tranqüilidade) poderiam um dia "balançar", isto é, serem açoitados pelo vendaval das perturbações sociais.

Aliás, esse "caráter social" aparece em outras obras de Blitzstein, como, por exemplo, **Os Condenados**, de 1932, inspirada no rumoroso processo de Sacco e Vanzetti, que repercutiu em todo o mundo no final da década de 20. O compositor americano faleceu a 23 de janeiro de 1964, tendo tido a feliz oportunidade de presenciar o triunfo de praticamente toda a sua obra. 22-5-1993.

*

266. MONTEVERDI, UM DOS "PAIS" DA ÓPERA

Comemorando-se no corrente ano os 350 anos da morte de Cláudio Monteverdi (1567-1643), não será fora de propósito recordar a contribuição do compositor cremonense para a história da música, particularmente da ópera. Com efeito, de seu **Orfeu**, encenado em Mântua em 1607, se poderá dizer que é a mais antiga ópera das que ainda se

representam. Não foi, contudo, a primeira a ser composta. Datam de 1600 as primeiras experiências da “Camerata Fiorentina” na procura do que poderia ser um “drama com música” (melodrama), que, afinal, veio a se transformar no que passou a ser chamado de “ópera”. O porquê dessa ocorrência semântica não é de fácil explicação. Afinal, “ópera” significa simplesmente “obra” e, assim, qualquer composição, independentemente de sua natureza, seria sempre uma “ópera”. Mas, o termo ficou restrito ao melodrama. Porém, não é o que nos interessa no caso, pois mais importante é recordar sua origem, sua temática e, naturalmente, a contribuição de Monteverdi para o desenvolvimento da ópera.

Os homens do Renascimento, deslumbrados com a cultura da antigüidade clássica, interessaram-se particularmente pela sua mitologia. E nesta, a lenda de Orfeu prestava-se maravilhosamente ao intuito dos compositores, pois ela, como é sabido, representa uma declarada afirmação de crença no poder da música. Graças à música, Orfeu realiza maravilhas, descendo ao mundo dos mortos para buscar sua Eurídice, acalmando as divindades infernais e conseguindo reaver sua amada. Isso é bonito demais para que não sensibilizasse os homens do Renascimento. Eis porque todas as primeiras experiências do que veio a ser ópera abordam a lenda de Orfeu: Rinuccini, Peri, Caccini e outros. Parece que não havia outro assunto. Jacopo Peri, que deu à sua obra do título de **Eurídice** (e não **Orfeu**) passa por ser o autor da mais antiga ópera existente, porém, não mais representada.

O avanço dado por Monteverdi, trabalhando o mesmo tema, fez eclipsar o que antes se fizera, mas que não pode ser ignorado, pois foi o ponto de partida da evolução da mais constante e diversificada forma musical já idealizada pelo homem. De fato, a história da ópera começa em 1600 e chega aos nossos dias, passando por todas as modalidades, estilos, tendências, sentimentos, épocas e interessando a todos os países, pois em todos eles se compuseram óperas. Da **Eurídice**, de Peri até **Aniara**, do sueco Blondahl, que se passa a bordo de uma nave espacial, quanta coisa cabe, atravessando todos os períodos da história da música.

A afirmação inicial de que **Orfeu**, de Monteverdi é a mais antiga das óperas que ainda se representam, faz-nos meditar sobre os elementos introduzidos pelo compositor para dar ao seu melodrama as características que lhe asseguraram permanência através dos tempos, especialmente se considerarmos que outros grandes compositores também trataram do assunto, produzindo outros tantos Orfeus. E servindo até à paródia e à sátira, como no caso do delicioso **Orfeu no Inferno**, de Offenbach.

A utilização equilibrada de arias, coros, danças e recitativos acompanhados, no esquema de Monteverdi, deu à sua obra uma riqueza

melódica que nem de longe se encontra nos que o precederam. Daí, sua afirmação.

Todavia, a contribuição monteverdiana à música não se restringe ao Orfeu. Inúmeras outras óperas deixou: **Coroação de Pompéia**, **A Volta de Ulisses**, **Ariadne** (da qual resta apenas uma ária, o famoso “Lamento”), **Tirsi e Clori**, **II combatimento de Tancredi e Clorinda**, **Andrômeda** e ainda numerosos bailados e uma quantidade considerável de música religiosa e de Madrigais. Basta considerar que no famoso “Dicionário”, de Grove, com sua letra miúda, a relação das obras de Monteverdi ocupa nada menos de doze páginas... 12-6-1993.

*

267. DAVID HUME, FILÓSOFO E HISTORIADOR

Filósofo e historiador escocês, David Hume nasceu a 16 de abril de 1711, em Edimburgo, e na mesma cidade faleceu a 25 de agosto de 1776. Concluídos os preparatórios, ingressou na Faculdade de Direito de sua cidade. Todavia com a morte do pai, viu-se constringido a abandonar o curso e tentar atividades comerciais, certamente mais lucrativas. Viveu algum tempo nos Estados Unidos e na França.

Data de 1739 seu **Treatise on Human Nature**, exposição de todo o seu sistema filosófico. A seguir, publicou ensaios sobre moral, política e literatura (1742) e as investigações acerca dos princípios da moral (1752). Entre 1754 e 1767 publicou sua monumental **History of England**, que lhe proporcionou celebridade e fortuna. A obra abrange a história da nação inglesa das origens até a “Revolução Gloriosa”, de 1688, e exerceu considerável influência na historiografia não só de seu país, mas de toda a Europa. Outros trabalhos de sua lavra só vieram a lume após seu falecimento.

Esquecido por algum tempo, sua obra filosófica, com o passar dos anos, ganhou prestígio, sendo, por assim dizer, redescoberta. Cometeu-se com ele uma grande injustiça, colocando-se em segundo plano sua obra política, quando ela é tão significativa quanto a histórica.

Há muitos anos (mais de 30) foi publicado no Brasil, por uma editora de São Paulo (Ibrasa), um volume contendo uma seleção de seus ensaios políticos. Trazia precisamente este título (**Ensaio Político**) e integrava a valiosa coleção “Clássicos da Democracia”, na qual figurava

como nono volume, do ano de 1963. Respondia pela tradução E. Jacy Monteiro e iniciava-se com uma bem elaborada síntese acerca da obra de Hume e particularmente seu papel na história do pensamento. Tal volume, como em geral os demais dessa coleção, não mereceu reedição, sendo hoje provavelmente de acesso difícil aos interessados em história das idéias e do pensamento político.

Sendo de procedência norte-americana os títulos originais dessa coleção, é compreensível que ela tenha dado mais ênfase aos “clássicos da democracia” dos Estados Unidos, cuja literatura política é muito rica, como sabem todos os que já se dedicaram por um instante que seja ao estudo do tema. Mas não omitia os autores ingleses (Locke e Hume, por exemplo), que exerceram poderosa influência sobre o pensamento social e político norte-americano,

Dez anos após os “Clássicos da Democracia”, da Ibrasa, lançava a Editora Abril a preciosa coleção “Os Pensadores”, num total de 52 volumes, reunindo quase uma centena de “pensadores”, e é claro que entre eles não poderia faltar David Hume. De fato, metade de um volume (22) lhe foi dedicado, com dois significativos estudos: **Investigações sobre o entendimento humano** (em tradução de Leonel Vallandro) e **Ensaio políticos, morais e literários** (em tradução de João Paulo Monteiro e Armando Nora de Oliveira).

O bicentenário da Revolução Francesa e o centenário de nossa República, há pouco comemorados, bem como as sensíveis transformações que estão ocorrendo em muitos países, convidam à reflexão. E para essa reflexão, páginas como as que nos deixaram os grandes filósofos e historiadores são salutares e oportunas. Um pequeno contato com David Hume não faria nenhum mal aos nossos homens públicos. 19-6-1993.

*

268. RONALD DE CARVALHO

Meu primeiro contato com Ronald de Carvalho (não pessoalmente, pois esse privilégio não cheguei a ter), foi através de sua **Pequena História da Literatura Brasileira**, na qual estudei quando na última série do curso ginásial, no “Granbery”, famoso educandário da cidade de Juiz de Fora. Meu professor da matéria, Mário Magalhães Gomes, uma das grandes inteligências mineiras, gramático e escritor ele próprio,

tinha pelo livro uma grande simpatia, embora reconhecesse e criticasse algumas de suas falhas, chegando a afirmar mesmo que o livro não estava à altura da capacidade do autor. Mas como nenhum de nós conhecia o autor, não havia condições para avaliar até que ponto era pertinente a observação do velho professor.

Mas, a verdade é que foi pelo pequeno livro de Ronald de Carvalho que minha geração se iniciou na história literária do Brasil, já que outras histórias da literatura, como as de Sílvio Romero e José Veríssimo, eram inacessíveis, por esgotadas naquela época e tardariam muito a serem reeditadas. E as mais modernas, então, nem poderíamos imaginar que um dia aparecessem. E, felizmente, apareceram. Hoje, o que não falta é história da literatura, dispensando-nos de consultar o velho livro de 1919, de Ronald de Carvalho. A obra de Nelson Werneck Sodré é de 1938, mas consideravelmente revista para uma nova edição em 1964; a de Antonio Cândido é de 1959 e o grande empreendimento da Cultrix é de 1967, nele colaborando José Aderaldo Castelo, Soares Amora, João Pacheco, Massaud Moisés, Alfredo Bosi e Wilson Martins. E é de 1976/78 a monumental **História da Inteligência Brasileira**, do mesmo Wilson Martins.

Pouco depois de concluído o curso secundário, descobri, ainda estudante, outras facetas de Ronald de Carvalho, a começar por **As bases da nacionalidade brasileira**, integrando o volume coletivo **À margem da História da República**, de 1924. Nele, Ronald de Carvalho revelou-se pensador político e social de primeira qualidade e não temerei afirmar que seu trabalho é das melhores coisas publicadas para o verdadeiro entendimento da nacionalidade brasileira.

Passei, a seguir, a outros escritos de sua lavra, e neles estava me enfronhando quando ocorreu o seu prematuro falecimento, vítima de desastre automobilístico, no início de 1935. Contava pouco mais de 42 anos, pois nascera em 16 de maio de 1893, transcorrendo, pois, neste ano, o seu centenário.

Nascido e falecido no Rio de Janeiro, viveu entretanto muito tempo fora do Brasil, em missões diplomáticas (México, Paris, Haia...); foi oficial de gabinete de Otávio Mangabeira quando ministro das Relações Exteriores no governo de Washington Luís e, ao falecer, ocupava o cargo de secretário da presidência da República. Dedicou-se à poesia (**Luz gloriosa**, **Poemas e sonetos**, **Epigramas irônicos e sentimentais**), mas foi principalmente como ensaísta que firmou sua reputação (**Espelho de Ariel** e os três volumes de **Estudos Brasileiros**). Traduziu **Imagens do Brasil e do Pampa**, de Luc Durtain, livro a que fiz referências num dos meus primeiros

“rabiscos” acolhidos por esta folha. Em concurso promovido pelo “Diário de Notícias”, do Rio de Janeiro, em 1935, poucos dias antes de sua morte, foi eleito “príncipe dos prosadores brasileiros”, em substituição a Coelho Neto, que falecera no ano anterior.

Não tenho lembrança de ter visto qualquer notícia registrando o seu centenário, pelo menos na imprensa paulista. “A Federação” talvez seja o primeiro jornal a registrá-lo. E outros centenários assinalam o corrente ano: o escritor paulista Mário de Andrade, o diplomata e historiador pernambucano Heitor Lyra, o historiador baiano Afonso Ruy e o sacerdote Padre Leonel Franca. Oportunamente deles cuidaremos. 24-7-1993

*

269. VALIOSA E OPORTUNA REEDIÇÃO

Quando se aproximava a efeméride sesquicentenária da Revolução Liberal de 1842, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, por intermédio de seu presidente, professor Adilson César, pleiteou e felizmente conseguiu que o Governo do Estado promovesse uma reedição fac-similar do clássico livro de Aluísio de Almeida sobre o importante evento da história paulista, elaborado para comemorar o seu centenário, em 1942, mas efetivamente só publicado em 1944, integrando a preciosa coleção “Documentos Brasileiros” (vol. 46), da Editora José Olympio, do Rio de Janeiro, então dirigida por Otávio Tarquínio de Souza.

Na solicitação então dirigida ao Senhor Governador do Estado, lembrou o professor Adilson César que “da leitura atenta deste volume, encontraremos, em muitas das raízes históricas, atitudes que, à semelhança dos gens, se transmitem e se perpetuam em nossas ações através do povo paulista”. E entre essas atitudes, impõe-se obviamente o movimento de 1842, que foi “um brado de revolta em favor da ordem e da autodeterminação de nossa gente”. E, mais ainda, pareceu ao professor César ser “de fundamental importância criarmos condições para que a nossa gente possa adquirir conhecimento de como viviam, como pensavam, o que sentiam seus ancestrais. E, evidentemente, como reagem e, ainda, o que se recorda e o que permanece, decorridos 150 anos”.

“Investigador consciencioso, Aluísio de Almeida aprecia com equilíbrio o movimento de 1842”, observou com toda a propriedade Nelson

Werneck Sodré, acrescentando que das páginas do livro surgem “nitidamente recortados episódios e figuras, entre elas a de Feijó”.

Apresentando-o, o prefaciador, Carlos da Silveira, renomado historiador e genealogista, ponderou que a contribuição de Aluísio de Almeida seria devidamente apreciada e traria material para um julgamento mais perfeito do agitado período que foi o ano de 1842. Meio século decorrido da publicação original, pode-se dizer que o livro continua cada vez mais valorizado, como a grande obra sobre a revolução liberal paulista.

Convém lembrar que seu livro dedica também algumas páginas (pelo menos cinco capítulos) ao movimento mineiro que no mesmo ano eclodiu na província vizinha, assunto que tem interessado a diversos historiadores mineiros, como a paulista tem despertado atenção de autores nossos. Aliás, é importante que se registre que a revolução mineira, sob este aspecto, tem sido mais beneficiada que a paulista, pois o Senado Federal, na preciosa coleção “Bernardo Pereira de Vasconcelos”, incluiu a reedição (mais uma) do clássico livro do Cônego José Antônio Marinho e ainda a publicação de precioso documentário sobre o movimento.

Aluísio de Almeida é pseudônimo literário de Monsenhor Luís Castanho de Almeida (1904-1981), com o qual assinou a maior parte de seus escritos sobre a história paulista. Nascido em Guaref, no sul do Estado, estudou no Seminário de Botucatu e, após ordenado, foi pároco em algumas cidades do interior, fixando-se depois em Sorocaba, donde praticamente nunca mais saiu. Com o mesmo zelo com que se consagrou ao ministério religioso, dedicou-se a pesquisas históricas e folclóricas, o que lhe propiciou escrever imensa e variada obra sobre a história paulista, especialmente de sua região natal, o sul do Estado. Além da revolução de 1842, foram temas de sua predileção o tropeirismo, a vida religiosa de Diogo Antônio Feijó e a história de Sorocaba.

Só cabem cumprimentos ao Instituto Histórico da vizinha cidade de Sorocaba pela promoção dessa bem cuidada reedição de um dos clássicos da historiografia paulista e pelo zelo e dedicação com que dela cuidou o professor Adilson César. 7-8-1993.

*

270. SUECOS NO BRASIL

Quando, em fins do século passado, o Visconde de Taunay publicou seu precioso elenco de “estrangeiros ilustres e prestimosos no

Brasil”, arrolando centenas de personalidades de outros países que prestaram ao nosso os mais assinalados serviços, pouco se ocupou ele dos suecos, abrindo espaço apenas para uns três ou quatro nomes, quase todos de botânicos ilustres. Ao que parece, naquela época não havia ainda se acentuado a vinda desses escandinavos para o Brasil, o que só ocorreu em maior quantidade no início deste século.

A João Gualberto de Oliveira, jurista e historiador, com diversos trabalhos publicados nessas duas áreas, nosso saudoso confrade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, coube a tarefa meritória de ressaltar a contribuição sueca ao nosso país, arrolando em seu livro **Suecos no Brasil**, de 1952 (título que tomamos para esta nota), nada menos de vinte ilustres personalidades dessa nacionalidade que para o nosso país se transportaram, aqui vivendo quase todos até ao fim de longas existências e reconhecidos serviços à terra que adotaram como sua.

Não comportando esta nota uma apreciação de todos os suecos arrolados por João Gualberto de Oliveira, destacamos alguns, cujos sobrenomes se incorporaram definitivamente à história de nosso país, nos mais diversos setores e nas mais diversas localidades: Loefgren, Regnell, Ulsson, Hedberg, Lundgren, Bergstron, Westin e Anderson.

Alberto Loefgren (1854-1918), botânico eminente, ligou seu nome à cultura brasileira traduzindo textos valiosos de viajantes que andaram pelo Brasil, desde o quinhentista Hans Staden até o seu colega e contemporâneo Lindmann. Membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nos seus primeiros tempos, desempenhou importantes funções na cidade de São Paulo, que o reverenciou dando seu nome a uma importante rua em Vila Clementino.

Regnell (1807-1884) viveu em Caldas, onde sua permanência foi “assinalada por atos de inteligência e de bondade”, no dizer de João Gualberto. Tornou-se figura extremamente popular na região, criando até uma auréola meio lendária em torno de sua existência. **André Ulsson** (1837-1937), veio para a fábrica de ferro de Ipanema, mas acabou se radicando em Araras, com atividades comerciais. Também ligado à atividade siderúrgica de Ipanema veio **Hedberg**. **Hermann Lundgren** (1835-1907) é nome vinculado às conhecidas “Casas Pernambucana”, uma das maiores organizações comerciais do Brasil.

Lourenço Westin (1787-1846), o mais antigo deles, é nome vinculado à diplomacia, pois foi o primeiro cônsul da Suécia em nosso país. Teve estreitas ligações com grandes figuras da vida política brasileira em

nosso início de nação independente. Aposentando-se da diplomacia, tornou-se fazendeiro no Sul de Minas, tendo seu nome vinculado às cidades de Caldas e Poços de Caldas e a São João da Boa Vista.

Pedro Anderson (1840-1903) é nome vinculado a Campinas (onde uma rua o recorda), cidade em que se estabeleceu com importante firma comercial e industrial, tendo, ainda, prestado assinalados serviços à terra campineira por ocasião das terríveis epidemias de febre amarela, em fins do século passado.

João Pedro Bergstrom (1845-1910) radicou-se em Porto Ferreira, onde uma de suas filhas se casou com o português Manuel Lourenço, que veio a ser pai de um dos maiores educadores brasileiros - Lourenço Filho -(1897-1970) - cujo nome completo era Manuel Bergstrom Lourenço Filho, também ele natural da importante cidade das margens do Moji-Guaçu.

Os nomes que escolhemos para esta nota bem merecem estudos mais aprofundados pelo muito que fizeram por nosso país e particularmente pelas cidades onde viveram. Será uma maneira de ampliar e completar os esboços biográficos que João Gualberto nos deixou, os quais, embora valiosos, não podem, obviamente, comportar tudo o que se teria a dizer de cada uma desses “estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil”, para usar a expressão que o Visconde de Taunay empregou em seu trabalho. 4-9-1993

ÍNDICES DOS NÚMEROS 149 a 152 (Ano XXV, 1993)

- 149 - janeiro/março - págs. 1 a 104
150 - abril/junho - págs. 105 a 200
151 - julho/setembro - págs. 201 a 276
152 - outubro/dezembro - págs. 277 a 360

ÍNDICES DE AUTORES

- ABREU, Limpo de - Apresentação do "Ato Adicional" - 252
AIMÉ, Ernest - "A Retirada da Laguna": prefácio da terceira edição francesa - 76
BATTISTONI FILHO, Duílio - Freitas Vale, o mecenas da arte brasileira - 236
BATTISTONI FILHO, Duílio - Um engenheiro sueco em Campinas - 303
BRUNO, Ernani Silva - Cana-de-açúcar X Café - 240
CALDEIRA FILHO, João C. - Taunay e a música - 92
CANDIDO, Antônio - A sensibilidade e o bom senso do Visconde de Taunay - 40
CARDOSO, José Romero Araújo - "Lampião", a indomável fera do sertão - 319
CARVALHO, Roberto Machado - Almeida Júnior nas impressões de Raffard - 314
COPÉRNICO - O sistema do universo - 253
CUNHA, Fernando Whitacker da - Cruz e o hinduísmo - 215
DAMANTE, Hélio - Porque São Paulo, em 1932, não avançou para o Rio - 306
FARJALLAT, Célia S. - Uma intrépida viajante - 309
GALANTI, Pe. Rafael Maria - O fim do cativo - 257
GONZALEZ, Carlos - A vida do Maestro Armando Bellardi - 293
IPANEMA, Cybelle de - Brasília, uma expedição injustiçada - 289
MAC CANN, W. - A vida numa estância argentina - 336
MARETTI, Maria Lídia L. - Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: uma leitura de "A Mocidade de Trajano" - 56

- MATOS, Odilon Nogueira de - A obra do Visconde de Taunay: indicações bibliográficas - 99
- MATOS, Odilon Nogueira de - A "Paulista" em Piracicaba - 271
- MATOS, Odilon Nogueira de - Apresentação do nº 150 - 105
- MATOS, Odilon Nogueira de - Civismo dos ituanos - 268
- MATOS, Odilon Nogueira de - David Hume, filósofo e historiador - 348
- MATOS, Odilon Nogueira de - Em trono de Rio Branco/Roraima - 201
- MATOS, Odilon Nogueira de - História paulistana em calidoscópio - 275
- MATOS, Odilon Nogueira de - Monteverdi, um dos "pais" da ópera - 346
- MATOS, Odilon Nogueira de - "O berço poderá balançar" - 345
- MATOS, Odilon Nogueira de - o Visconde de Taunay no seu sesquicentenário - 5
- MATOS, Odilon Nogueira de - Prefácio às "Cartas de Campinas" - 109
- MATOS, Odilon Nogueira de - Problemas inter-estaduais - 279
- MATOS, Odilon Nogueira de - Ronald de Carvalho - 349
- MATOS, Odilon Nogueira de - Suecos no Brasil - 352
- MATOS, Odilon Nogueira de - Teatro no velho Mato Grosso - 272
- MATOS, Odilon Nogueira de - Um acadêmico ituano - 274
- MATOS, Odilon Nogueira de - Valiosa e oportuna reedição - 351
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vinte anos sem Hélio Viana - 269
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: José Antonio Alves de Souza - 338
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Padre Rafael Maria Galanti - 255
- MILET, Henrique A. - Considerações gerais sobre o preço do açúcar - 334
- MOUTINHO, Nogueira - Eugênio Warming, pioneiro da Ecologia - 317
- OCTAVIO, José - Os "Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira" como fontes para a História - 223
- ORLANDI, José de Oliveira - Taunay, jornalista, escritor e político - 69
- RIBEIRO JÚNIOR, João - Breve notícia sobre a Filosofia da Renascença - 297
- RIBEIRO JÚNIOR, João - Torquemada e Cisneros - 210
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Como Taunay sentiu a imigração alemã para Santa Catarina - 50
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Maragatos, pica-paus e degolas - 213
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Para um reestudo da história campineira - 295
- ROCHA, Levy - Uma viagem instrutiva - 286
- SALES, Campos - O "Culto à Ciência" - 329
- SANTOS FILHO, Licurgo Castro - Tomás Alves - 250
- SEGURADO, Milton Duarte - "Casamento civil": resumo comentário - 80

- SOUZA, J. Antônio Soares de - Uruguai, de volta ao Brasil - 341
 TAUNAY, Afonso de E. - A carreira política do Visconde de Taunay - 21
 TAUNAY, Afonso de E. - Apreciação sobre uma pequena História de São Paulo - 283
 TAUNAY, Visconde de - Carlos Gomes em Milão - 144
 TAUNAY, Visconde de - Cartas de Campinas - 109
 TAUNAY, Visconde de - O Encilhamento - 195
 TAUNAY, Visconde de - Viagem Filosófica aos Campos Gerais e Sertão de Guarapuava, 149
 TOMANIK, Geraldo B. - Viagem pelo vale sentimental do Jundiá - 311

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ÁGORA, nº 18 - 328
 ALMEIDA, Aluísio de - A Revolução de 1842 - 351
 BASTOS, Wilson de Lima - A Fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes - 245
 BASTOS, Wilson de Lima - Caminho Novo: Juiz de Fora - 323
 BASTOS, Wilson de Lima - Mariano Procópio Ferreira Lage - 322
 BASTOS, Wilson de Lima - Perenidade da civilização grega - 324
 ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, vol. XVIII/2 E XIX/1 - 327
 EVOLUÇÃO urbana da cidade de São Paulo - 324
 FLORES, Moacyr e Hilda - Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893 - 213
 FLORES, Moacyr - 1893/95: A revolução dos maragatos - 213
 HUME, David - Ensaios filosóficos - 348
 LACERDA, Arthur Virmond de - A República Positivista - 245
 NOGUEIRA, Oracy - Negro político, político negro - 246
 OLIVEIRA, João Gualberto de - Suecos no Brasil - 352
 PITSICA, Paschoal A. - A Capitania de Santa Catarina - 246
 POMBO, Rocha - História de São Paulo - 283
 PORTO, A. Rodrigues - História urbanística da cidade de São Paulo - 275
 PUPO, Celso M. de Melo - Campinas, um município do Império - 295
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 86 - 248
 REVISTA SBPH, nºs 6, 7 e 8 - 249, 327
 REVISTA Brasileira de Estudos Polêmicos, nº 77 - 328
 TAUNAY, Visconde de - A mocidade de Trajano - 56

- TAUNAY, Visconde de - Casamento civil - 80
TAUNAY, Visconde de - Questão de imigração - 50
TEIXEIRA, Palmira P. - A fábrica do sonho - 247

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- O “Culto à Ciência” - 329
Tomás Alves - 250

TEXTOS E SELETAS

- ABREU, Limpo de - Apresentação do “Ato Adicional” - 252
COPÉRNICO - O sistema do universo - 253
GALANTI, Pe. Rafael M. - Fim do cativeiro - 257
MAC CANN, W. - A vida numa estância argentina - 336
MILET, H. - Considerações gerais sobre o preço do açúcar - 334
SOUZA, J. Antonio Soares de - Uruguai, de volta ao Brasil - 341

VULTOS DA HISTOGRAFIA BRASILEIRA

- José Antônio Soares de Souza - 338
Pe. Rafael Maria Galanti - 255

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

- A “Paulista” em Piracicaba - 271
Civismo dos ituanos - 268
David Hume, filósofo e historiador - 348
História paulistana em calidoscópio - 275
Monteverdi, um dos “pais” da ópera - 346
“O berço poderá balançar” - 345
Ronald de Carvalho - 349
Suecos no Brasil - 352
Teatro no velho Mato Grosso - 272
Um acadêmico ituano - 274
Valiosa e oportuna reedição - 351
Vinte anos sem Hélio Viana - 269

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abolição - 257
 Açúcar - 240, 334
 Almeida, Aluísio de - 351
 Almeida Júnior - 314
 Alves, Tomás - 250
 Amazônia - 205
 Anderson, Pedro - 303
 Argentina - 336
 Astronomia - 253
 Ato Adicional - 252
 Belardi, Armando - 293
 Blitzstein, Marc - 345
 Brasília - 289
 Café - 240
 Campinas - 109, 250, 295, 329
 Cangaço no Nordeste - 319
 Carlos Gomes - 15
 Carvalho, Ronald de - 349
 Casamento civil - 80
 Cisneros - 210
 Conflitos entre Estados - 279
 Cruz e Souza - 215
 Culto à Ciência - 329
 Desmembramento de Estados - 279
 Ecologia - 317
 Encilhamento - 195
 Escravidão - 257
 Exploração do Planalto Central - 289
 Fazenda Borda do Campo - 245
 Ferrovias - 271
 Filosofia - 297
 Freitas Vale - 236
 Galanti, Pe. Rafael - 225, 25
 Gianini, Mário - 274
 Gomes, José Aires - 245
 Loefgren - 352
 Lund - 317
 Lundgren - 352
 Machado de Oliveira - 268
 Mariano Procópio - 322
 Mato Grosso - 272
 Milão - 144
 Minas Gerais - 245
 Mocidade de Trajano (A) - 40
 Monteverdi - 346
 Música - 92, 144
 Óperas - 144, 345
 Paraná - 149
 Pfeiffer, Ida - 309
 Piracicaba - 271
 Porto, A. Rodrigues - 275
 Positivismo - 245
 Pupo, Celso M. de Melo - 295
 Raffard - 314
 Regnell - 352
 Retirada da Laguna - 76
 Renascença - 297
 Revolução de 1932 - 306
 Revolução de 1842 - 351
 Revolução Federalista - 213
 Rocha Pombo - 283
 Roraima - 201
 Ruellan, F. - 289
 Salvador Rosa - 144
 Santa Catarina - 246
 São Paulo - 275
 Seminários Paraibanos - 223
 Soares de Souza, J. A. - 338
 Sorocaba - 351
 Sucos no Brasil - 252, 303

- Guerra do Paraguai - 109
Hedberg - 352
Hinduísmo - 215
História da cidade de São Paulo - 275
História de São Paulo - 283
História Política - 252
Hume, David - 348
Imigração - 50
Inconfidência Mineira - 245
Itu - 268
Japurá, Barão de - 286
Jundiaí - 311
Lagoa Santa - 279
Lampião - 319
Street, Jorge - 247
Taunay, Afonso - 283
Taunay, Visconde de - 149 e 150
Teatro - 272
“The Cradle will rock” - 345
Torquemada - 210
Ulson, André - 352
União e Indústria - 322
Uruguai, Visconde do - 341
Viana, Hélio - 269
Vias de comunicação - 322
Warming - 279
Westin, Lourenço - 352

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

